



ANAIS DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 043

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 04 DE MAIO DE 2010

ANO XXXV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ERON ABOUD
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Pedro Ivo
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Nereu Moura - Rafael Greca - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Wilson Quinteiro; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 043

43ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Indicações 03

Requerimentos 04

Projetos de Lei 11

Pequeno Expediente:

Dep. Douglas Fabrício 12

Dep. Wilson Quinteiro 14

Dep. Antonio Belinati 16

Dep. Reni Pereira 18

Dep. Péricles de Mello 19

Grande Expediente:

Dep. Jocelito Canto 20

Dep. Pedro Ivo 21

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 17

Liderança do PMDB

Dep. Cleiton Kielse 22

Liderança do Governo

Dep. Cleiton Kielse 24

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel 25

Liderança da Oposição

Dep. Elio Rusch 25

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 27

Discussão/Votação

Redação Final 27

2ª Discussão 27

1ª Discussão 28

Requerimentos 30

Encerramento da Sessão 30

Publicações:

Comissão Executiva

Atos 31

Diretoria Geral

Atas de Posse 33

Portarias 34

Comissão de Constituição e Justiça

Extrato 35

Atas de Comissões

Redação 35

Publicações Administrativas:

Diretoria de Apoio Técnico

Minuta de Contrato 38

DIÁRIO Nº 043

43ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

ATA DA 43ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE MAIO DE 2010

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Enio Verri e Luiz Eduardo Cheida.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor

Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Enio Verri, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Rafael Greca, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (50).

Ausentes a Sra. Deputada Beti Pavin e os Srs. Deputados Luiz Accorsi e Plauto Miró (03).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Fábio Camargo (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Indicações

INDICAÇÃO Nº 074/10

SÚMULA:

Requer que se destine atenção especial à necessidade de expansão da rede elétrica até a comunidade denominada “Acampamento Nova Esperança, no Município de Guairaça.

Sr. Diretor Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para propor o seguinte:

Considerando:

1) Que algumas famílias vivem em situação precária em área pertencente ao Estado do Paraná, formada por sobras da Vila Rural Santa Terezinha;

2) Que a energia elétrica vai somente até o início do Acampamento;

3) Que nas famílias integrantes da comunidade a sua maioria é criança e adolescentes;

4) Que esta comunidade vive mais de 11 (onze) anos na localidade, sem que qualquer medida fosse tomada para a expansão da rede elétrica;

5) Que embora o Governo tenha como intenção levar energia elétrica a todos os paranaenses esta comunidade ficou esquecida;

6) Que os moradores enviaram lista com a identificação dos moradores do acampamento.

Solicita:

1) O atendimento urgente do pleito de expansão da rede de energia elétrica para o atendimento do Acampamento Nova Esperança no Município de Guairaça.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar nossa mais elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 04/05/10.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 075/10

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado dos Transportes a execução de operações Tapa-buracos na rodovia PR-567 no trecho compreendido entre o Município de Araruna e o trevo na PR-323.

Sr. Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para propor o seguinte:

Considerando:

1) Que o trecho compreendido entre os Municípios de Araruna e o trevo PR-323 (PR-567) é de competência e responsabilidade do Governo Estadual;

2) Que no referido trecho ocorre um grande fluxo de caminhões e veículos;

3) Que o referido trecho está com o asfalto deteriorado, deformado e com buracos e ondulações.

Solicita urgentes providências no sentido de:

1) Operação Tapa-buraco urgente do referido trecho.

2) Pintura de faixas e sinalização adequada.

3) Aumento do acostamento em trechos perigosos.

O atendimento ao nosso pleito, que é de caráter urgentíssimo, em muito beneficiará a comunidade local e regional, diminuindo o risco de acidentes graves, possibilitando um melhor escoamento do tráfego local, preservando a vida.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar nossa mais elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 04/05/10.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 076/10

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado dos Transportes a execução de operações Tapa-buracos na rodovia PR-468 no trecho compreendido entre o trevo na BR-272 e o trevo na PR-479, passando pelo Município de Moreira Sales e o Distrito de Paraná Oeste.

Sr. Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para propor o seguinte:

Considerando:

1) Que o trecho compreendido entre o trevo na BR-272 e o trevo na PR-479, passando pelo Município de Moreira Sales e o Distrito de Paraná do Oeste é de competência e responsabilidade do Governo Estadual;

2) Que no referido trecho ocorre um grande fluxo de caminhões e veículos;

3) Que o referido trecho está com o asfalto deteriorado, deformado e com buracos e ondulações.

Solicita urgentes providências no sentido de:

1) Operação Tapa-buraco urgente do referido trecho.

2) Pintura de faixas e sinalização adequada.

3) Aumento do acostamento em trechos perigosos.

O atendimento ao nosso pleito, que é de caráter urgentíssimo, em muito beneficiará a comunidade local e regional, diminuindo o risco de acidentes graves, possibilitando um melhor escoamento do tráfego local, preservando a vida.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar nossa mais elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 04/05/10.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 077/10

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado dos Transportes a implantação de redutores de velocidade na rodovia PR-082 no trevo de acesso ao Município de Fênix e Barbosa Ferraz.

Sr. Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

Considerando:

1) Que a rodovia PR-082 é de competência e responsabilidade do Governo Estadual;

2) Que no referido trecho ocorre um grande fluxo de caminhões e veículos;

3) Que no referido trecho têm acontecido acidente com vítimas fatais.

Solicita urgentes providências no sentido de:

1) A construção de redutores de velocidade no trevo de acesso a Fênix e Barbosa Ferraz;

2) Pintura de faixas e sinalização adequada.

O atendimento ao nosso pleito, que é de caráter urgentíssimo, em muito beneficiará a comunidade local e regional, diminuindo o risco de acidentes graves, possibilitando um melhor escoamento do tráfego local, preservando a vida.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 04/05/10.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1339

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a retirada por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 049/10, item 05 da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 04/05/10.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

REQUERIMENTO Nº 1341

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Ana Clara dos Santos ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1342

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Davi Rodrigo Ferreira da Silva ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1343

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Walter Ranni Júnior ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1344

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo

falecimento de Ilizete do Rocio Soares dos Santos ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1345

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Jacson Mendes da Silva ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1346

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de José Carlos Menezes ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1347

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Laurita de Lima Freitas ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1348

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Marcos Antonio Dionizio ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1349

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria Cecilia Mancheinho ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1350

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria de Jesus Pedroso Pinto ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1351

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria Luiza de Moura ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1352

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Marilda Dulcidea Ferreira Santana de Oliveira ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 04/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1366

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, pelo falecimento da Sra. Marly Ligocki Campos, ocorrido no mês de abril próximo passado.

Dona Mary, como era conhecida e chamada por todos, deixará saudades. Era pessoa reconhecida e querida pela comunidade.

Expressiva senhora da sociedade curitibana, mãe que teve na família sua maior riqueza, a bondade cristã espelhada no ser humano.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 04/05/10.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 1373

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de condolências à família Fagundes de Couto, da Cidade de Borrazópolis, Paraná, pelo falecimento de Vicente Fagundes de Couto.

O falecido deixa a viúva, Sra. Maria Fagundes de Couto, dois filhos e netos, foi empresário bem sucedido, ex-Vereador e pioneiro no Município de Borrazópolis.

A Assembleia Legislativa do Paraná, por meio deste Parlamentar, respeitando sentimentos diante de consternação da família, manifesta a sua solidariedade, rogando ao Altíssimo força e resignação para suportar a perda irreparável.

Caso aprovado o presente requerimento, solicita-se seja dada ciência do mesmo à família enlutada, na pessoa da Sra. Maria Fagundes de Couto, via correspondência.

Sala das Sessões, em 04/05/10.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1333

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Sr. Everaldo Belo Moreno, pela sua posse como Diretor Presidente da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR.

Sala das Sessões, em 04/05/10.

(a) WILSON QUINTEIRO

REQUERIMENTO Nº 1334

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Sr. Adilson Emir Santos, pela sua posse na Presidência da Associação Comercial e Empresarial de Maringá - ACIM, para o biênio 2010-2012.

Requer ainda, seja dada ciência ao homenageado através de correspondência.

Sala das Sessões, em 04/05/10.

(a) WILSON QUINTEIRO

REQUERIMENTO Nº 1335

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Município de Mandaguari pela passagem de seus 73 anos de emancipação política, a ser comemorado no próximo dia 06 de maio.

Requer ainda, seja dada ciência ao Sr. Cylênio Pessoa - Prefeito Municipal e ao Vereador Alecio Bento da Silva Filho - Presidente da Câmara de Vereadores de Mandaguari-PR.

Sala das Sessões, em 04/05/10.

(a) WILSON QUINTEIRO

REQUERIMENTO Nº 1337

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa, seja expedido voto de congratulações a Exma. Sra. Maria Iraclézia de Araújo, em razão de ser a primeira mulher do Brasil a assumir a presidência de uma sociedade rural, com expedição de diploma de honra ao mérito.

Maria Iraclézia de Araújo, residente em Maringá há mais de 20 anos, formada em Zootecnia pela UEM - Universidade Estadual de Maringá e Gestão em Agronegócio pelo CESUMAR - Centro Universitário de Maringá, Pós-Graduada em Gestão, Qualidade e Sanidade em Bovinocultura de Leite pela UEL - Universidade Estadual de Londrina.

Foi colaboradora do SRM por mais 14 anos e gerente do Centro de Biotecnologia em reprodução animal BIOTEC por 3 anos, atuou como professora universitária no CESUMAR e atualmente é diretora-presidente da Sociedade Rural de Maringá, sendo ela a primeira mulher a ocupar este cargo.

Sala das Sessões, em 04/05/10.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1372

Senhor Presidente:

O Deputado Rafael Greca, abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção nos Anais da Sessão de hoje de voto de congratulações ao engenheiro e empresário Marlus Coelho, da empresa Esteio Engenharia, distinguido com a Ordem Nacional do Mérito Cartográfico pelo Ministério do Exército do Governo Federal - honraria esta que recebe na data de hoje no quartel histórico da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro.

Requer, outrossim, seja dada ciência do presente voto de congratulações e louvor ao engenheiro laureado.

Sala das Sessões, em 04/05/10.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A insigne Ordem Nacional do Mérito Cartográfico qualifica o engenheiro sênior e sua empresa como referências nacionais na engenharia cartográfica, essencial para a geografia, o planejamento urbano e rural, a definição das linhas elétricas e de cabos de transmissão, e os serviços de regularização fundiária - seja no meio urbano, seja no meio agrário.

A vida do engenheiro cartográfico reporta os admiráveis feitos dos antigos navegadores, a quem a poeta portuguesa Sophia de Mello Breyner Andresen evocou dizendo: navegavam no mapa que faziam

Pode-se parodiá-la dizendo que os paranaenses e brasileiros andamos pelos mapas feitos pela Esteio com o acurado olhar cartográfico do engenheiro Marlus Coelho.

REQUERIMENTO Nº 1375

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Assembleia, voto de congratulações ao Jornal Beltrão, pelo transcurso de seus 21 anos de atividades, ocorrido no último dia 01 de maio corrente.

Requer ainda, seja dada ciência deste requerimento ao referido jornal, na pessoa do seu diretor, Sr. Ivo A. Pegoraro.

Sala das Sessões, em 04/05/10.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Por iniciativa de Ivo Pegoraro, nasceu o Jornal de Beltrão, em 01/05/89. Pequeno no tamanho, mas grande no idealismo.

Sempre cumprindo seu papel de bem informar e participar dos acontecimentos de Francisco Beltrão e do Sudoeste, respeitando a verdade dos fatos e a opinião dos entrevistados, conquistou inúmeros assinantes em diversos Municípios do Paraná.

Por tudo isso, entendemos justa homenagem que pretendemos aqui prestar, não só aos diretores, como à toda equipe de trabalho e aos colaboradores em geral, desejando que a trajetória de sucesso tenha continuidade.

REQUERIMENTO Nº 1354

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Dr. Luiz Flávio Gomes.

Sala das Sessões, em 04/05/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Luiz Flávio Gomes, formado em Direito e doutor em Direito Penal, foi Promotor, Juiz de Direito, Advogado e atualmente é professor de Direito Penal e Processo Penal em vários cursos de Pós-Graduação no Brasil e no exterior. Seus vastos conhecimentos jurídicos e administrativos são transmitidos tendo como princípio a ética, a prestação jurisdicional correta, de forma justa, imparcial, rápida e sábia, demonstrando aos seus alunos o propósito da imparcialidade e da objetividade da aplicação da Justiça.

REQUERIMENTO Nº 1355

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Galeria de Arte Um Lugar ao Sol.

Sala das Sessões, em 04/05/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Galeria de Arte Um Lugar ao Sol, fundada em 2000, possui um acervo variado que conta com artistas de diversas escolas e estilos, trazendo

o melhor da arte brasileira e prestigiando artistas locais. Destaca-se como uma das mais respeitadas galerias do Estado, demonstrando a capacidade e a competência de uma empresa genuinamente paranaense.

REQUERIMENTO Nº 1356

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Jaroslaw Hrebinnik.

Sala das Sessões, em 04/05/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Jaroslaw Hrebinnik, do Rotary Club Curitiba Santa Felicidade, um rotariano que realiza ações de interesse da comunidade, sempre de forma a assistir os mais necessitados com programas nas mais diversas áreas, incentivando o bom relacionamento entre as pessoas e difundindo a fraternidade entre os povos, cumprindo um papel de suma importância na sociedade, destacando-se pelo caráter humanitário exercido, crescendo com qualidade e formando um contingente de companheiros engajados nos projetos que desenvolve.

REQUERIMENTO Nº 1357

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. José Wigneski.

Sala das Sessões, em 04/05/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. José Wigneski, Superintendente Federal de Pesca e Aquicultura do Estado do Paraná, atividade que cumpre com ética e competência, promovendo o crescimento da produção de pescados e o seu desenvolvimento sustentável, com acompanhamento técnico, sanando as dificuldades e demandas do setor. Seu trabalho resulta na melhora da qualidade de vida dos pescadores e o reconhecimento da importância do segmento na economia do Estado, gerando emprego e produzindo alimentos para a população.

REQUERIMENTO Nº 1358

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Restaurante Tio Zizo.

Sala das Sessões, em 04/05/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Restaurante Tio Zizo, na pessoa do seu proprietário Sr. Atos Norberto Kochak, que através de sua culinária, transmite à sociedade curitibana, os prazeres da boa comida, demonstrando o espírito cosmopolita da Cidade de Curitiba e reforçando o turismo gastronômico da Capital. Por se tratar de uma cozinha de

excelência, revela as mais profundas raízes de uma sociedade que atrai os paladares mais críticos, conquistando-os com a qualidade e os bons serviços prestados em ambiente confortável e agradável, fazendo do bom atendimento, um gerador de amizades no bairro do Campo Comprido.

REQUERIMENTO Nº 1359

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Paulo Jair Machado.

Sala das Sessões, em 04/05/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Paulo Jair Machado, presidente do Rotary Club Curitiba Santa Felicidade, gestão 2009/2010, um realizador de ações de interesse da comunidade, sempre de forma a assistir os mais necessitados com programas nas mais diversas áreas, incentivando o bom relacionamento entre as pessoas e difundindo a fraternidade entre os povos, cumprindo um papel de suma importância na sociedade, destacando-se pelo caráter humanitário exercido, crescendo com qualidade e formando um contingente de companheiros engajados nos projetos que desenvolve.

REQUERIMENTO Nº 1360

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Dra. Ana Tereza Ramos Moreira.

Sala das Sessões, em 04/05/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Dra. Ana Tereza Ramos Moreira, graduada em Medicina pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, especialista em oftalmopediatria, é coordenadora do programa AMO (Ambulatório Móvel de Oftalmologia) e membro do Rotary Club de Curitiba Santa Felicidade, uma realizadora de ações de interesse da comunidade, sempre de forma a assistir os mais necessitados, incentivando o bom relacionamento entre as pessoas e difundindo a fraternidade entre os povos, cumprindo um papel de suma importância na sociedade, destacando-se pelo caráter humanitário exercido, crescendo com qualidade e formando um contingente de companheiros engajados nos projetos que desenvolve.

REQUERIMENTO Nº 1361

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Alfredo Arten Junior.

Sala das Sessões, em 04/05/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Alfredo Arten Junior, rotariano que realiza ações de interesse da comunidade, sempre de forma a assistir os mais necessitados com programas nas mais diversas áreas, incentivando o bom relacionamento entre as pessoas e difundindo a fraternidade entre os povos, cumprindo um papel de suma importância na sociedade, destacando-se pelo caráter humanitário exercido, crescendo com qualidade e formando um contingente de companheiros engajados nos projetos que desenvolve.

REQUERIMENTO Nº 1362

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Ronald de Carvalho Guimarães.

Sala das Sessões, em 04/05/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Ronald de Carvalho Guimarães, que foi diretor da Comissão Distrital Projeto O Futuro em Nossas Mãos, onde promovia a capacitação de pessoas para o mercado de trabalho, melhorando a qualidade de vida de comunidades carentes, um rotariano que realiza ações de interesse da sociedade, incentivando o bom relacionamento entre as pessoas e difundindo a fraternidade entre os povos, cumprindo um papel de suma importância na sociedade, destacando-se pelo caráter humanitário exercido, crescendo com qualidade e formando um contingente de companheiros engajados nos projetos que desenvolve.

REQUERIMENTO Nº 1363

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Andrei Fick Schultz.

Sala das Sessões, em 04/05/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Andrei Fick Schultz, secretário do Rotary Club Curitiba Santa Felicidade, um rotariano que realiza ações de interesse da comunidade, sempre de forma a assistir os mais necessitados com programas nas mais diversas áreas, incentivando o bom relacionamento entre as pessoas e difundindo a fraternidade entre os povos, cumprindo um papel de suma importância na sociedade, destacando-se pelo caráter humanitário exercido, crescendo com qualidade e formando um contingente de companheiros engajados nos projetos que desenvolve.

REQUERIMENTO Nº 1364

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Associação Reviver.

Sala das Sessões, em 04/05/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Associação Reviver, na pessoa de sua presidente Sra. Raquel Rodrigues Albuquerque e sua secretária Sra. Maria Fátima Ribeiro, dedicadas voluntárias que realizam um excelente trabalho de apoio as pessoas. Orientando, prevenindo e recuperando os indivíduos com dependência química e alcoolismo. Oferecendo a vivência comunitária em um ambiente seguro e democrático, resgatando a autoestima dos atendidos e oportunizando a ressocialização do indivíduo recuperado, sendo considerada uma referência na comunidade.

REQUERIMENTO Nº 1365

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações aos diretores e conselheiros do Graciosa Country Club.

Sala das Sessões, em 04/05/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem aos diretores e conselheiros do Graciosa Country Club, que realizam um grande trabalho, demonstrando o caráter assistencial, desportivo, social, cultural e recreativo da entidade. Esta administração promove o bem estar dos associados e de seus familiares, disponibilizando uma excelente estrutura e incentivando a prática desportiva, dando sua contribuição para o desenvolvimento da comunidade, executando diversas ações em prol dos carentes. Segue relação dos homenageados:

Diretores: Tobias de Macedo, Presidente; Nelson Luiz Velloso Filho, Vice Presidente; José Eduardo Moraes Sarmiento, Vice-Presidente Administrativo; Guilherme Teixeira de Freitas, Vice-Presidente Financeiro; Adalberto Scherer Filho, Diretor Cultural; Alvaro de Quadros Neto, Diretor do CPE; Bernardo Luiz Duarte, Diretor do Grêmio Flamingo Graciosa; Eduardo de Oliveira Franco, Diretor de Ouvidoria; Francisco Luiz Klimovicz, Diretor de Sauna; Gerald Koppe Junior, Diretor Jurídico; Glaucio Fernando Bley Filho, Diretor de Golfe; Guilherme de Moraes Sarmiento, Diretor Adjunto de Engenharia; Gustavo Milani, Diretor de Tênis; Henrique Cartaxo Fernandes Luiz, Diretor Adjunto Jurídico; Joaquim Afonso Guimarães, Diretor de Jogos; José Hillani, Diretor de Engenharia e Obras; Luciano Nery Kuster, Diretor Especial da Presidência; Marco Antonio Beirão, Diretor Proj. Incentivo ao Esporte; Maria de Fátima S. de Camargo, Diretora de Responsabilidade Social; Maria Lucia Ceccon Fagnani, Capitã de Golfe; Nagib Georges Fattouch, Diretor de Patrimônio; Nemo Eloy Vidal Neto, Diretor Social; Isabela Cabral França Vidal, Diretora Social; Raphael G. Larsen S. da Silva, Diretor Adjunto do CPE; Sandra Elizabeth H. Beltrami, Diretora Adj. de Tênis Feminino; Sergio Luiz Keinert, Diretor Médico.

Conselho Deliberativo: José Candido Muricy, Presidente do Conselho; Sérgio José Ferreira de Souza, Vice-Presidente; Marco Antonio Peixoto, 1º Secretário; Geverson Anselmo Pilati, 2º Secretário; Daniel Silvestre Russi, Membro Nato; Fernando Antonio Miranda, Membro Nato; Geroldo Augusto Hauer, Membro Nato; Norberto F. F. de Castilho, Membro Nato; Marcos Antonio Hauer, Membro Nato; Abilio de Abreu Neto, Membro Nato; Carlos Alberto Forbeck de Castro, Membro Nato; Rubens Pinho, Membro Nato; Edgar Luiz C. Albuquerque, Membro Nato; Nelson Menicucci Rezende, Membro Nato; João Manoel de Oliveira Franco, Membro Nato; João Carlos Ribeiro, Membro Nato; Luiz Alberto Rego Barros, Membro Nato; Antonio Alves de Araújo Filho, Membro Nato; Gerson de Sá Tavares Filho, Membro Nato; Jorge Nacli Neto, Membro Nato; João Candido da Cunha Pereira, Membro Nato; Antonio Luiz C. Teixeira de Freitas, Membro Nato; Cleverson Marinho Teixeira, Membro Nato; Adel Amado Bark, Membro Eleito; André Diniz Affonso da Costa, Membro Eleito; Armando Machado da Silva, Membro Eleito; Augusto Soares Molinari, Membro Eleito; Carlos Alberto Santos Pinho, Membro Eleito; Cássio Fernando de B. Prestes, Membro Eleito; Cláudio Roth, Membro Eleito; Cristiane Canet Mocelin, Membro Eleito; Edson José Ramon, Membro Eleito; Francisco Braz Neto, Membro Eleito; Freddy Jacques S. Lima Kesselring, Membro Eleito; Germano Ferraz Paciornik, Membro Eleito; Gilberto Guimarães Monastier, Membro Eleito; Helena Pereira Oliveira, Membro Eleito; João Elisio Ferraz de Campos, Membro Eleito; Jonel Chede Filho, Membro Eleito; José Aristeu Pereira Neto, Membro Eleito; Luiz César Mansur Buffara, Membro Eleito; Luiz Roberto Pinho Borges, Membro Eleito; Manuel Fernandes Maia Junior, Membro Eleito; Miguel Carlos Riella, Membro Eleito; Newton Bufrem, Membro Eleito; Oilson Centa Negrelle, Membro Eleito; Pedro Ludovico Demeterco, Membro Eleito; Plínio Eduardo Tiemann de Andrade, Membro Eleito; Renato Valente Almeida, Membro Eleito; Ricardo Alessandrini Amaral, Membro Eleito; Roberto Damiani Cardoso, Membro Eleito; Roberto Demeterco, Membro Eleito; Roberval Kugler Mendes, Membro Eleito; Silvio Luhm, Membro Eleito.

REQUERIMENTO Nº 1367

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Diretora do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado do Paraná - SESCAP/PR.

Sala das Sessões, em 04/05/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Diretoria do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado do Paraná - SESCOAP/PR, que representam a entidade, atuando na coordenação, na defesa, proteção e representação das reivindicações e direitos dos filiados. Atuando intensamente na luta pelos direitos e por melhores condições de trabalho, fortalecendo e valorizando a entidade, com determinação e perseverança para superar as dificuldades, ampliando o reconhecimento do setor que representam. Buscando o desenvolvimento e a melhoria dos profissionais e das empresas e a sua devida valorização. São os homenageados:

Diretoria: Mauro César Kalinke, Presidente; José Reinaldo Vieira, 1º Vice-Presidente; Expedito Barbosa Martins, 2º Vice-Presidente; Nelson Zafra, Diretor Secretário Geral; Juarez Miguel Rossetim, Diretor de Administração e Finanças; Paulo Roberto Gaertner, Diretor de Administração e Finanças Adjunto; Alceu Dal Bosco, Diretor de Relações Sindicais; Manoel Pereira Goes, Diretor de Eventos; Euclides Locatelli, Diretor Jurídico; Amauri Clovis de Oliveira Nascimento, Diretor de Relações com Interior; José Vanderley Santana, Diretor Suplente; Minoru Kozima, Diretor Suplente; Irineu Zanuzzo, Diretor Suplente.

Conselho Fiscal: Antonio Eurides da Rocha, Titular; Luiz Fernando Ferraz, Titular; Alexandre Belmiro Berti, Titular; Juarez Tadeu Morona Filho, Suplente; Ormélia Teresa da Silva, Suplente; Albino Vieira de Oliveira, Suplente.

Delegados Representantes: Mauro César Kalinke, Titular; Expedito Barbosa Martins, Titular; Divanzir Chiminacio, Suplente; Narcizo Muller, Suplente.

REQUERIMENTO Nº 1368

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Padre André Marmilicz.

Sala das Sessões, em 04/05/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Padre André Marmilicz, Sacerdote da Capela de Santo Estandislau, que dirige este local sagrado, determinado a cuidar de seus fiéis, para onde, por devoção, acorrem pessoas de todas as regiões, aumentando suas responsabilidades como governante das palavras do Êxodo 25:8 "E me farão um santuário para que possa habitar no meio deles." Coordenador de ações sociais que beneficiam crianças, idosos e adolescentes, com apoio de voluntários, Padre André demonstra em todos os momentos toda sua dedicação e amor ao próximo.

REQUERIMENTO Nº 1369

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações aos Organizadores da Festa do Padroeiro.

Sala das Sessões, em 04/05/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem aos organizadores da Festa do padroeiro, da Capela de Santo Estandislau, que através de seu empenho, realizaram um evento levando a diversão e a religiosidade à comunidade. Uma festa que representa a esperança e a fé no mundo dos homens, com igualdade, prosperidade e abundância para todos. Congregando os fiéis em ação de graças ao Senhor e homenageando a Santo Estandislau, elevando o espírito dos cidadãos de Araucária, realizando o templo de todas as graças que necessitamos.

REQUERIMENTO Nº 1370

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Conselho da Mulher Executiva da Associação Comercial do Paraná.

Sala das Sessões, em 04/05/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Conselho da Mulher Executiva da Associação Comercial do Paraná, na pessoa de sua coordenadora Sra. Edda Deiss de Mello e Silva, pela iniciativa da comemoração da Mãe do Ano de 2010, sendo homenageada a Sra. Maria Salete Freund, representando todas as mães paranaenses. Congregando as mulheres executivas, empresariais, profissionais liberais e prestadoras de serviço em torno de um objetivo comum que é a troca de experiências de trabalho, busca na figura da homenageada, a representatividade não só da mãe mas da mãe que produz e gera riqueza.

REQUERIMENTO Nº 1332

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente para o Sr. Orlando Pessuti - Governador do Estado e ao Desembargador Carlos Augusto Hoffmann - Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, solicitando que seja dado ao contribuinte a opção de pagamento de títulos bancários, oriundos de guias de recolhimento de taxas, impostos e outros, não somente nas agências do Banco do Brasil, mas dentro do prazo do vencimento do documento, seja dada a opção de pagamento em qualquer instituição bancária.

Requer ainda, após aprovado seja dada ciência ao Dr. Jose Lucio Glomb, Presidente da OAB/PR e suas Subseções no Paraná, e aos membros do Conselho Estadual da OAB/PR.

Sala das Sessões, em 04/05/10.

(a) WILSON QUINTEIRO

REQUERIMENTO Nº 1371

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Mesa Executiva, desta Casa, informações quanto ao número de Sessões Plenárias realizadas pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná nos meses de fevereiro, março e abril do corrente ano, bem como o número de faltas e de presenças deste Parlamentar nas referidas Sessões Plenárias.

Sala das Sessões, em 04/05/10.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 1374

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM ao Secretário de Estado de Obras Públicas, Sr. Julio Cesar de Araujo Filho e ao Secretário Chefe da Casa Civil Ney Amilton Ferreira, após ouvido o douto Plenário, informações a respeito do relacionamento daquela pasta com a SIAL Construções Civis Ltda., conforme segue:

1) Quantos e quais contratos foram firmados pela empresa SIAL Construções Civis Ltda. com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, a partir de 2004? Juntar as respectivas cópias.

2) Foram firmados termos aditivos aos contratos originais? Em caso positivo, informar as razões que os justificaram e juntar as cópias dos aditivos.

3) Todos os contratos firmados são decorrentes de certame licitatório próprio, no qual a referida empresa foi a vencedora?

4) Foi firmado algum contrato em caráter emergencial que justificaria a dispensa do processo licitatório? Em caso positivo, juntar as respectivas cópias e documentos que o embasaram.

Sala das Sessões, em 04/05/10.

(aa) Élio Rusch, Marcelo Rangel, Ademar Traiano, Ney Leprevost e Fernando Scanavaca

REQUERIMENTO Nº 1388

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio pedido de informações para o Desembargador Jair Ramos Braga - Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, solicitando as seguintes informações:

1) Qual o número de advogados que fazem parte da estrutura judiciária no atendimento aos presos no Estado do Paraná?

2) Como são contratados os referidos advogados?

3) Qual a remuneração dos referidos advogados?

4) Qual a jornada de trabalho dos referidos advogados?

5) Qual o número de detentos em cada unidade prisional que foram atendidos em 2010, 2009 e 2008?

6) Quantos benefícios de progressão de pena foram protocolizados em 2010, 2009 e 2008?

Sala das Sessões, em 04/05/10.

(a) WILSON QUINTEIRO

REQUERIMENTO Nº 1353

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido da Sra. Maria Luiza dos Santos, reside no vilarejo denominado Campo da Cascavel, sito no Município de Campo Magro - PR, que pede a implantação de redes de distribuição de água e coletora de esgotos na referida localidade. Afirma a Sra. Maria Luiza que os moradores enfrentam muitas dificuldades porque não há água potável para o consumo e que são obrigados a usar água de poços comuns. Quanto ao escoamento do esgoto também não existe rede coletora, o que tem ocasionado muitos transtornos para a comunidade, além do perigo de contaminação de doenças.

Sala das Sessões, em 04/05/10.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Lei**PROJETO DE LEI Nº 202/10**

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual a Associação dos Amigos da Educação e Cultura Norte do Paraná - AMEN, com sede e foro no Município e Comarca de Londrina/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04/05/10.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

JUSTIFICATIVA:

A AMEN - Associação dos Amigos da Educação e Cultura Norte do Paraná é o ente responsável por um dos maiores eventos culturais de nosso Estado: o FILO - Festival Internacional de Londrina.

Como é de conhecimento público e notório o FILO é um dos eventos das artes cênicas mais importantes do País e com certeza um dos eventos de destaque na América do Sul. Grupos de teatro de todo o Brasil, de Países da América do Sul, da Europa e dos Estados Unidos, transforma Londrina e o Paraná em um centro cultural.

Além dos espetáculos, o FILO e assim a AMEN realizam atividades de formação e educação. Enfim, ter a tarefa de solicitar que esta Casa de Leis reconheça a AMEN como entidade de utilidade pública estadual é algo que enobrece e traz orgulho a qualquer.

Enfim a atuação e a contribuição para o Paraná é mais que meritória, cabendo a esta Casa o reconhecimento deste título utilidade pública.

PROJETO DE LEI Nº 203/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Comunidade Social Cristã Beneficente com sede e foro no Município de Mandaguari.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04/05/10.

(a) WILSON QUINTEIRO

JUSTIFICATIVA:

A Comunidade Social Cristã Beneficente, é uma associação civil sem fins lucrativos, beneficente, filantrópica, que tem por finalidade dar atendimento médico gratuito a todos os enfermos e doentes que demandarem a referida comunidade, sem distinção de classe social, religião ou outras discriminações, proporcionando também, a assistência social, médica e odontológica.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta Augusta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei que declara de utilidade pública estadual a Comunidade Social Cristã Beneficente do Município de Mandaguari.

PROJETO DE LEI Nº 204/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, a Festa do Leitão Maturado, que é realizada anualmente no mês de maio no Município de Itapejara D'Oeste.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04/05/10.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A Festa do Leitão Maturado que é realizada anualmente no mês de maio em Itapejara D'Oeste, consolida-se como um dos principais eventos do Sudoeste do Paraná.

A 7ª edição da festa realizada dia 02 de maio do corrente contou com a participação de mais de seis mil pessoas, que puderam degustar deste delicioso prato típico da região.

Diante deste contexto, entendemos procedente a instituição da referida Feira no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, para que as populações de outras regiões, possam conhecer melhor e participar desse formidável evento.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, quero aqui cumprimentar as pessoas que nos acompanham através da TV SINAL.

Hoje vou falar de um assunto que vi pela imprensa, que alguns Deputados já se pronunciaram, e vi o Deputado Elio Rusch que falou do tema ontem, e quero trazer esse tema mais uma vez.

Quero contar também uma história que tem acontecido na minha região em especial sobre a questão do pedágio.

O pedágio não baixou e nem acabou. A população é contra um pedágio tão alto. As rodovias melhoraram é verdade. Mas o pedágio muito alto, é difícil das pessoas aceitarem.

Para dar um exemplo, quem vai de Campo Mourão a Maringá, que são 80 quilômetros ou um pouquinho mais, ida e volta são R\$ 16. Tem gente que gasta mais em pedágio do quem com gasolina.

Nessa história do pedágio que não baixou e nem acabou, lá atrás eu não era Deputado ainda, via aquela situação que foi criado o pedágio num preço alto e depois às vésperas de eleição fizeram um acordão para que o pedágio ficasse mais baixo, para ganhar a eleição. Ganharam a eleição, passaram um tempo e aumentaram o pedágio novamente.

Isso tudo o povo já sabe. Agora vem o Governador Pessuti com a mesma conversa - vamos conversar com o pessoal do pedágio, vamos renegociar, porque aí o pedágio vai baixar 30% e vai ficar melhor para a população - se fosse baixar nesses nove meses de Governo sem mexer no contrato para aumentar o prazo, tudo bem, acho que todos nós deveríamos concordar.

Acontece que não é essa a conversa não, pelo que tenho visto pela imprensa. Eles querem baixar o pedágio 30% só agora. Aí vem a eleição e vão disputar a eleição dizendo - baixamos o pedágio - só que para baixar o pedágio, as empresas querem uma renegociação de contrato. Querem aumentar o prazo e aí não dá nem para a gente pensar numa conversa dessa.

Falando nas empresas de pedágio, acho que V. Exas. lembram: um dia desses fiz aqui uma reclamação com relação à empresa, uma das concessionária, que era a Viapar. Na minha região teve uma pessoa que reclamou, não foi bem atendida na rodovia, sofreu um acidente. Trouxe esta reclamação para a Assembleia, a imprensa deu um bom destaque, e com isso fizeram com que a própria Viapar começasse a ter mais cuidado com os acidentes e mais cuidados com as pessoas que sofrem acidentes nas rodovias.

O que trago hoje é um assunto mais chato ainda, mas tenho que falar, porque fui procurado por várias Lideranças, vários motoristas. E é uma denúncia. Com relação à concessionária Viapar e uma terceirizada. O nome da terceirizada é Construtora Agra Ltda. Esta empresa foi contratada pela Viapar. O convênio do Estado contratou, vamos usar este termo a Viapar para pedagiar as rodovias do Paraná. Algumas. Não todas. Porque foram várias empresas. Mas, na minha região, na região de Campo Mourão, que vai até outras regiões, Paranavaí, lá para a região de Cascavel, também é Viapar. A Viapar contratou a empresa Agra, para fazer um trabalho, um recape, dar uma melhorada nas rodovias. A Agra contratou, tenho a relação dos nomes, vários trabalhadores. Caminhoneiros, vários, para fazer o trabalho. Tenho em mãos o contrato, que peguei de uma pessoa, que foi uma das que veio reclamar.

Contrato de locação de equipamento. Tem o nome do locador. O nome da locatária. Fala da Construtora Agra Ltda. E no contrato diz o que está sendo contratado: um caminhão basculante ano tal, marca tal, para serviço de tapa-buracos na obra número tal, restauração Viapar 2009. Está aqui o nome da Viapar no contrato. Até aqui, tudo bem, contrato, empresa, tudo legal.

Acontece que estes trabalhadores começaram a trabalhar e até uma altura foi boa a conversa. Eles trabalhavam e recebiam. Mas, passado um determinado momento, os trabalhadores, os caminhoneiros - imagino que possa ter acontecido isso - a empresa Agra, que é a contratada da Viapar brigou, rompeu o contrato, teve algum problema com a Viapar. E aí sabe onde estourou a briga? Brigaram os dois grandes e estourou do lado do pequeno, o caminhoneiro, trabalhador, pai de família - não estão recebendo.

É grave. Por isto estou trazendo para a Assembleia. Gostaria que a imprensa atentasse a isto, porque não dá para imaginar que o Governo do Estado contrata uma empresa, uma concessionária, dá uma rodovia, a população paga muito caro para passar o pedágio, todos nós pagamos. E aí a Viapar contrata uma outra empresa, terceirizada, para fazer um trabalho de reforma no asfalto na rodovia. Esta empresa terceirizada contrata caminhoneiros. Faz uma exigência muito forte, o caminhão tem que estar em excelente estado de conservação, de trabalho, etc. E na hora de pagar o caminhoneiro, depois do serviço, eles não pagam. E ainda fica um jogo de empurra-empurra.

Tenho aqui alguns exemplos, com placa de caminhão e tudo. Vou dar os nomes das pessoas que me procuraram. Por exemplo, Valdir Ferreira Lima, é um dos motoristas. Tem mais de R\$ 10 mil para receber. Wilson Batista de Souza, tem R\$ 8 mil e poucos para receber. Isto já faz 5, 6 meses para receber. E não conseguem receber o dinheiro. Dirceu Franco de Oliveira, tem R\$ 11 mil e poucos. Jaime Fiori, que é uma das Lideranças que nos procurou, para saber como poderíamos resolver isso.

Eu falei: olha, resolver é cobrar do Governo, porque o Governo é responsável. E aí pode dizer: não, não é o Governo o responsável. Mas, foi o Governo quem deu a concessão para a Viapar. Então, vamos cobrar da Viapar. E aí a Viapar fala que a Agra tem que pagar. Aí vai cobrar da Agra e ela diz que já acertou com a Viapar. E com isso os trabalhadores não recebem.

Tenho aqui um e-mail da Construtora Agra falando dessa dívida e que não paga. E tenho também um outro documento, uma autorização dizendo: *A Construtora Agra Ltda. autoriza as Rodovias Integradas do Paraná S/A, Viapar, representada pelo Sr. Carlos Quirino, que efetue o pagamento dos fornecedores conforme planilha em anexo, mediante os valores de medições e retenções de garantias contratuais relativas aos Contratos n° Nova Estrada 006/07 e 007/07, ASJUR 005/08, 006/08 e 007/08 ASJUR 008/09, 032/09 e 033/09. Recife, em 25 de janeiro de 2010. Construtora Agra Ltda. Elder Fernandes Agra, Diretor.*

Está aqui o contrato e está aqui a dívida. Os motoristas me disseram várias vezes que procuraram a Viapar, procuraram a Agra e aí eles ficam naquela história: não é comigo e não comigo. E os motoristas que trabalharam têm as suas famílias para sustentar, são pais de famílias, trabalhadores que não conseguem receber.

Vamos pegar e ver os valores. Dá mais de R\$ 200 mil, somadas as dívidas de todos, para eles receberem. Tenho aqui a relação e tem gente que precisa receber R\$ 15 mil, outros R\$ 11 mil, outros R\$ 8 mil, tem gente que precisa receber R\$ 22 mil, R\$ 12 mil, R\$ 13 mil, R\$ 23 mil, R\$ 15 e somados esses valores são mais de R\$ 200 mil. E aí o que nós, Deputados, podemos fazer? Vou fazer aqui um requerimento, um pedido de informações para a Viapar responder e ela vai dizer que a dívida não é com ela. Imaginem a situação. E o novo Governador vai na imprensa, como bom articulador que é, e imagino que ele esteja com boa-fé, ele quer trabalhar para baixar o pedágio, mas como é que vai baixar o pedágio e fazer um acordo com uma empresa que pelo o que estou vendo aqui - segundo os documentos que me chegaram às mãos - não cumpre compromissos, não honra os compromissos que assume em contrato com os trabalhadores.

Então, vamos mandar um documento para a Secretaria dos Transportes pedindo providências nesse assunto. Não dá para imaginar que isso pudesse estar acontecendo aqui no Paraná, mas já que está acontecendo o Secretário dos Transportes é o responsável e vou mandar com uma cópia para o Governador Orlando Pessuti. Ele que quer conversar com as concessionárias de pedágio, então que na hora da renegociação diga: então paguem as contas aí, se estão devendo realmente paguem. E me comprometo também a - depois que eu ficar sabendo que eles resolveram esse problema - vir aqui e falar para a população do Paraná, falar para a imprensa que a empresa cumpriu com o seu compromisso. Agora, quero que se manifestem porque não posso imaginar que a Viapar se prestaria a esse tipo de constrangimento: deixar os trabalhadores na mão.

Então, esse é o assunto que gostaria de tratar aqui, Srs. Deputados, porque é muito chato imaginar que o trabalhador trabalhou vários meses e que no final do mês ele foi receber pelo seu trabalho e aí a empresa joga para outra.

Concedo um aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Deputado Douglas, é importante essa discussão e quero parabenizá-lo pelo seu discurso. Com relação a esse assunto temos que tomar todas as precauções possíveis, principalmente com relação a acordos. Porque lembro da Comissão de Obras e Transportes que fizemos nesta Casa, comissão que presido, chamamos o representante das concessionárias, Sr. João Quiminazo - pessoa distinta, muito inteligente, tem fluência em seu discurso. E, na ocasião, ele disse que as concessionárias não iriam cobrar os eixos suspensos e que não era necessário nenhum projeto de lei, na Assembleia Legislativa, para que isso fosse obrigatório. Não seria necessário porque ele se comprometeria a nunca efetivar a cobrança dos eixos suspensos. O que se viu? Eles quebraram um acordo feito aqui na Assembleia Legislativa - estão cobrando há muito tempo. E o nosso projeto está aí em alguma comissão para ser deliberado. Deveria ter sido aprovado pela Assembleia Legislativa, porque a cobrança dos eixos é algo vergonhoso. Foi combinado isso; foi tratado isso. O que V. Exa. levantou dessa tribuna é digno de uma reflexão e é importante o debate nesse momento. Parabéns pelo seu pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Muito obrigado, Deputado Marcelo Rangel.

Segundo o Sr. Jaime Fiori, que é um dos líderes desse movimento, na verdade ele é uma vítima desse calote. Posso chamar de calote, porque trabalhou e não está recebendo. Eles trabalharam de março a novembro do ano passado, só que receberam só até agosto. Os últimos três meses ainda estão pendente. "A Agra, que é a empresa contratada, passou a responsabilidade para Viapar. E a Viapar alega que passou o dinheiro para Agra nos pagar" - disse o Sr. Jaime Fiori, "Não recebemos de ninguém e estamos no prejuízo". E agora o Deputado Marcelo Rangel traz mais uma informação. Fala para o trabalhador para trabalhar para ele que vai pagar. Daí ele trabalha e não recebe. É um assunto sério.

Gostaria que a imprensa pudesse nos ajudar a cobrar, porque nós Deputados vamos cobrar. Como eu estou cansado de ouvir que o pedágio vai baixar, vai baixar e até agora só aumentando. É muito caro pagar R\$ 8 e andar 70 quilômetros. É muito caro. E tem pedágio mais caro ainda. Quero deixar esse registro, porque muitas pessoas estão sendo prejudicadas. Imagino se aconteceu em nossa região pode estar acontecendo em outras regiões. Mas, quero que fique bem registrado que os motoristas não têm nada a ver da briga da empresa. Agra com a

Viapar. Eles trabalharam e merecem receber. Já conversaram e não conseguem receber, por isso que nos trouxeram. E a nossa responsabilidade é levar ao conhecimento do Governo do Estado. Está feito o registro e vamos fazer os documentos para fazer a cobrança necessária, para que as pessoas que trabalharam recebam.

Era essa a reclamação, Sr. Presidente. Quero finalizar dizendo que estamos atentos e vamos continuar cobrando. Vamos acompanhar todos os motoristas todos os momentos até saber que eles receberam. O dia em que eles receberem eu venho aqui e falo: oh, receberam.

Só para falar de um outro assunto. Apresentamos algumas indicações legislativas e uma delas propõe à Secretaria de Estado dos Transportes para que melhore a operação tapa-buraco em rodovia que não está pedagiada, um trecho compreendendo o Município de Araruna e o trevo da PR-323. Também estamos protocolando, aqui na Casa, outra lei para região de Moreira Sales e Distrito de Paraná do Oeste, que é da BR-272 até o trevo da PR-479, para melhorar os trechos que não estão bons. Por último, a indicação legislativa pedindo apoio da COPEL e do Governo do Estado, para levar do Estado, para levar a energia elétrica a algumas famílias pobres do Município de Guairaçá. Está tudo descrito aqui, mas só para pedir o apoio e o reforço de todos os Deputados.

Era isso, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência, com satisfação, anuncia a presença dos nossos irmãos paraguaios que vem visitar o nosso Parlamento, hoje. Os nossos representantes da municipalidade de Lambaré, Roberto Cardenhas; de Villeta, Carlos Hugo Rojas; de Nova Itália, Oswaldo Clause, de Mariano Roque Alonso, Ariberto Marmol; da municipalidade de Carmelo Peralta, Adrian Martinez. Sejam todos bem-vindos a nossa Assembleia! É um privilégio receber, aqui na nossa Casa, os nossos irmãos paraguaios e as nossas recomendações a todos vocês lá. Salud y suerte! Também registramos a presença dos Vereadores de Rancho Alegre, Senival e Vicente, presentes no plenário, a pedido do Deputado Romanalli.

Com a palavra o Sr. Deputado Wilson Quinteiro.

Deputado Wilson Quinteiro (PSB)

O SR. WILSON QUINTEIRO

Sr. Presidente Deputado Nelson Justus; Sras. e Srs. Deputados; paranaenses que nos acompanham aqui presentes; nossos irmãos paraguaios que também comparecem nesta Sessão; paranaenses que nos acompanham pela TV SINAL e, também, pela Rede MERCOSUL.

Normalmente, muitos assuntos trazem o Parlamento à tribuna, como para fazer referência a alguns projetos, defender outros e, muitas vezes, até mesmo as indicações, mas sempre é bom fazer deferências relacionadas à atividades, aos acontecimentos que temos no Estado do Paraná. Hoje, não poderia deixar de fazer uma

referência toda especial à comemoração dos 73 anos de Mandaguari. A Cidade de Mandaguari, que muitos Parlamentares que aqui estão têm grandes ligações, quando lembro aqui de Deputados que de lá da região aqui estiveram e aqui estão defendendo Mandaguari. Então, faço essa referência como congratulações a nossa Cidade, aos nossos irmãos cidadãos de Mandaguari.

Em homenagem a essa comemoração, estou encaminhando, hoje, para que possamos ter como entidade de utilidade pública fundamental a Comunidade Social Cristã Beneficente, que é dirigida e presidida pelo Dr. Oswaldo Alves, um médico que tem dedicado sua vida aos cidadãos de Mandaguari, um homem que foi perseguido e preso político que hoje dedica seus dias, - já há anos, desde a década de 70 - em benefício da comunidade, fazendo seu trabalho, investindo, recuperando vidas, dando atendimento odontológico, dando condições de jovens terem uma profissão, enfim, essa entidade realmente tem prestado um grande serviço.

Uma outra questão que tem chamado muita atenção e tenho certeza que é uma preocupação de todos os Deputados, mas em especial ao povo do Paraná. Se nós formos fazer uma referência, um pensamento, vamos ver que as taxas recolhidas, hoje, ao Governo do Paraná, são exclusivamente feitas no Banco do Brasil.

Quero me dirigir agora à classe dos advogados. Estive reunido, conversando com alguns advogados do Paraná e a manifestação deles é contra a grande dificuldade, que está acontecendo nesse Estado. A exclusividade deixada pelo Governo anterior, ao Banco do Brasil, ao recolhimento de tributos, de taxas, com exclusividade, tem trazido um grande problema, porque sabemos que existem prazos. Por exemplo, em uma apelação tem que ser feito o recolhimento no mesmo dia do protocolo, da sua interposição. No momento em que isso não é possível, alguém que está discutindo uma grande causa, pode estar perdendo a oportunidade de acesso ao Tribunal de Justiça, à instância superior. Isso significa dizer, que quebra o acesso do cidadão à Justiça de 2º grau e que traz grande prejuízo à classe dos advogados, mas sobretudo ao cidadão.

Estou propondo uma sugestão, uma indicação, ao Governador do Paraná e também ao Presidente do Tribunal de Justiça, para que façamos uma modificação. Para que essas taxas desses procedimentos recursais possam ser recolhidas, em qualquer instituição financeira do Estado do Paraná. É uma modificação fundamental. Também faço uma chamada ao Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, da Sessão do Paraná e a todos os Presidentes das subseções deste Estado, porque precisamos modificar. Alguém poderia falar, mas já não existe um acordo, um contrato firmado com este banco, com o Banco do Brasil, com a exclusividade.

Quando falamos em interesse público, ele está sobreposto aos interesses de instituições, particulares e privado. Portanto temos que quebrar essa sistemática que

foi posta no Paraná, para que todos os recolhimentos, desde que sejam até o dia do vencimento, sejam feitos exatamente em todas as instituições financeiras e não com a exclusividade do Banco do Brasil. Esse registro é fundamental e importantíssimo.

Uma outra questão me chama muito a atenção. Hoje tive a oportunidade de me debruçar e estudar a respeito do sistema penitenciário do Estado do Paraná. Ontem tivemos pela Comissão de Segurança Pública, aqui, da Assembleia Legislativa, uma reunião com o Secretário da Segurança do Estado, coronel Serpa, Estou fazendo um levantamento e a minha preocupação, até pela atividade que sempre exerci como advogado, é quando ao número de advogados que temos, hoje, exatamente, no sistema penitenciário. Será que temos o número suficiente de advogados prestando serviço? Será que esses advogados estão sendo remunerados de forma adequada? Com a preocupação dessa questão ligada aos advogados e ao problema da penitenciária, fiz aqui uma indicação ao Sr. Secretário de Justiça, Desembargador Jair Ramos Braga. Primeiro, qual o número de advogados, que fazem parte da estrutura judiciária de atendimento, aos presos do Paraná? Como são contratados os referidos advogados? Porque não temos a Defensoria Pública, regulamentada no Estado. Qual a remuneração dos referidos advogados? Qual a jornada de trabalho dos referidos advogados? Qual o número de processos e atendimentos, que tivemos nos anos de 2008, 2009 e nesses primeiros meses de 2010. Quantos benefícios de progressão nós tivemos. Portanto, são perguntas para que possamos estabelecer no Estado do Paraná uma nova lógica de atendimento de que essas pessoas tenham, efetivamente, esse atendimento adequado nesta área.

E, para finalizar, Sr. Presidente, gostaria de ler um artigo que foi publicado na Gazeta do Povo, que diz quanto à justiça comunitária. Foi escrita pelo advogado Roberto Portugal Bacelar. Esse projeto está ligado ao Ministério da Justiça. É um projeto da justiça comunitária que está sendo implantado e já executado no bairro Sítio Cercado, com bastante benefício à comunidade.

Ele diz várias coisas que me chamaram a atenção: primeiro, a proposta da justiça comunitária, e é importante que os Parlamentares se atentem, porque embora seja do Ministério da Justiça, este modelo está sendo executado aqui no Paraná, na Capital do Estado. E poderá ser desdobrado por todo o território do Paraná. E a proposta da justiça comunitária é de dar conhecimento ao cidadão sobre os direitos, sobre a justiça, sobre a ética, cidadania, utilizando-se de um material de apoio que facilita, sem dúvida nenhuma, a conciliação e a mediação entre as partes envolvidas em conflitos naquela localidade. Mais do que isso, é possível com ações da justiça comunitária disseminar direitos sociais, direitos humanos, noções básicas sobre a prevenção do alcoolismo e uso de drogas. Realiza, desenvolve e constrói uma FAS por meio da participação comunitária na resolução dos conflitos.

Quando tive acesso a esta leitura, me preocupei muito e fiquei pensando na questão das Regiões Metropolitanas. Se temos este modelo já no bairro Sítio Cercado, que está tendo um avanço, porque é um dos bairros que tem o maior índice de criminalidade em Curitiba, fiquei pensando da importância desse mesmo projeto do Ministério da Justiça ser implantado em Londrina, por exemplo, na Região Metropolitana de Maringá, e outras desse Estado. Já fiz uma indicação, fazendo uma avaliação bem aprofundada da importância que temos para isso, estou sugerindo ao Ministério da Justiça e às autoridades competentes do Estado, para que possamos fazer um outro projeto modelo a Cidade de Sarandi. Uma Cidade de 100 mil habitantes que precisa de um destacamento separado por suas questões prioritárias, peculiares. E com esse projeto nós podemos demonstrar que é possível o desenvolvimento social sem prejudicar. A contrário, beneficiando a população.

Então, a justiça comunitária, esse projeto da disseminação, da ideia da cultura da paz social, ligando as políticas públicas, de recuperação de vida daqueles que estão, lamentavelmente, no mundo das drogas, do crack, etc., nós poderemos estar contribuindo para o desenvolvimento social do nosso Estado do Paraná.

Fica a sugestão a V. Exa. para justamente, a Região Metropolitana de Londrina, também possa estar buscando esse modelo aqui pelo Dr. Bacelar em Curitiba. E nós estaremos trabalhando pela Região Metropolitana de Maringá inicialmente por Sarandi.

Em homenagem ao nosso líder do bloco, Deputado Reni Pereira, finalizo aqui a minha exposição dizendo ao Estado do Paraná, a nossa participação neste Parlamento é de uma maneira construtiva. Estamos procurando fazer o melhor pelo Estado do Paraná. E o melhor é buscar sempre a propositura de ideias, de projetos, algo que possa edificar neste Estado. Sou da política do bem, da política que nós queremos o desenvolvimento. Todas as ações neste Parlamento em defesa destes critérios, destes objetivos, contem com a nossa ajuda. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

... Próximo orador inscrito, Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Deputado Nelson Justus, Deputada Luciana Rafagnin, nosso conterrâneo, Luiz Eduardo Cheida, ex-Prefeito de Londrina, Deputado aqui conosco, colegas, paranaenses que nos acompanham pela MERCOSUL, pela TV SINAL, Deputado Jocelito Canto, é com prazer que registramos a presença, na tribuna de honra, do nosso querido Pastor Carlos Alberto, titular da Igreja Metodista de Araucária, homem abençoado por Deus. É muito importante nos atermos sempre com nosso Deus, com nosso Pai Celestial.

Ao lado do Pastor Nena, um grande batalhador comunitário, Roberto Aparecido de Assis, Presidente da Associação das Chácaras São Miguel e Adjacentes, de Londrina. O Roberto Aparecido de Assis, está numa luta que acho que o Governador Pessuti poderia resolver. O Requião, muito teimoso, até mal educado com os moradores dessa região, da zona sul de Londrina, resolveu bater o pé e colocar ali, numa área habitada, numa área cheia de hortas, de residências, de muitas famílias, resolveu colocar uma estação de tratamento de esgoto, para tirar o sono, o sossego, a tranquilidade daquele povo. De um ar puro que hoje eles respiram ali, Sr. Roberto, eles vão agora ter um ar totalmente poluído, mal cheiro, etc, com tanto terreno distante de áreas habitadas de Londrina, mas o Requião: “Eu mando, eu faço, eu quero e tem que ser do jeito que eu quero”, agora quero ver o Requião como candidato, vai ter que chegar mansinho, vai ter que baixar a bola, porque se chegar dando coice não vai chegar em Brasília, que é o projeto político dele.

Mas o Requião agora não está no Governo, está o Pessuti. Acho que o Pessuti é mais tratável, é mais fácil de tratar. O apelo que faço ao Pessuti é para que mande suspender essas obras da estação de tratamento de esgoto das Chácaras São Miguel e coloque numa outra região de Londrina.

Muito obrigado ao Pastor Nena, muito obrigado ao Sr. Roberto Aparecido de Assis.

A nossa equipe preparou alguns e-mails dentro daquela preocupação do nosso gabinete de ser o mais liberal, o mais democrático, a nossa equipe tem um grande respeito pelo nosso povo, porque sabe que eu só estou aqui como Deputado, eu devo tudo, Deputada Rosane, ao nosso povo. Sem o povo eu estaria em casa agora, com pijama, vendo o Vale a Pena Ver de Novo, Sessão da Tarde, dormindo, e não é isto que eu quero, não. Agora, quando vejo esse jornal O Paraná, até o final de março o Paraná ganhou 161 mil novos eleitores. Aí tem mais abril, mais esses dias de maio, que é prazo para tirar o título de eleitor, vai passar de 200 mil novos eleitores no Paraná.

Isto quer dizer o quê? Só os novos eleitores já elegem dois Deputados e tem os que já são eleitores há tempo. Então, cada um que quiser continuar aqui, a partir de fevereiro do ano que vem porque a eleição é no primeiro domingo de outubro, trabalhe pelo nosso povo, tenha proposta boa, objetiva, para trazer prosperidade, para melhorar a Segurança Pública, para melhorar a área de Saúde Pública. O atendimento na Saúde Pública para o pobre, para o povo de baixa renda continua uma porcaria, precisa melhorar muito! É a falta de emprego, tem muita estrada que precisa ser pavimentada, falta muita creche no Paraná, e temos que estar atentos aqui, não é para defender o rico, rico não precisa de nada, o rico não está na fila do posto de saúde às 5h da manhã esperando o especialista, o rico tem médico particular, tem avião com UTI. O rico não está na fila da COHAB para pegar uma casa porque está pagando aluguel, ele mora numa mansão.

O rico não está atrás da SANEPAR, onde ele mora tem asfalto, tem água potável, tem rede de esgoto. Então para quem é que temos que dedicar a maior parte do nosso trabalho? Não é ser contra o rico, não é ser contra o empresário, mas temos que ser a favor do pobre, do baixa renda para que ele tenha melhor qualidade de vida.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

A Folha de São Paulo de hoje traz aqui: *Governo quer estimular portador de HIV a ter filho*. Como não sou médico eu não sei explicar como seria o aidético gerar um filho. *Documento orienta concepção natural!* Agora, a Organização Mundial de Saúde indica reprodução assistida. Eu sei que a pessoa, quando descobre que está com AIDS, muitas vezes entra em depressão, pensa em suicídio. Já teve casos do laboratório errar o exame e comunicar que a pessoa estava com AIDS, a pessoa tentou o suicídio, de repente descobriram que o exame estava trocado. É um impacto terrível quando a pessoa descobre que está com HIV.

Aqui também na Folha de São Paulo: *Quatro empreiteiras respondem por 39% do dinheiro que é doado para os grandes partidos políticos*. Ora, a quitanda da Dona Maria, o bar do João que tem um pastel, uma coxinha, não dá dinheiro para candidato fazer campanha. Quem é que dá dinheiro? É a empreiteira. De onde sai o dinheiro da empreiteira? Dos cofres públicos. O empreiteiro não está perdendo nada, ele dá de um lado e tira em dobro do outro, com um superfaturamento de obras.

Ainda hoje eu vi na internet. O Banco Itaú, só Deus para salvar o povo brasileiro! Eu vinha batendo aqui numa tecla que tinha banco que em três meses estava tendo mais de R\$ 1 bilhão de lucro. Agora saiu o relatório, em três meses o Banco Itaú, ele deve estar acendendo vela para o padrinho Lula todo dia, se o Lula puder ficar lá mais 100 anos. Eu falo aqui de banco, mas o problema é que os jornais dependem de anúncio dos bancos - eu falo aqui para as paredes e para quem está assistindo em casa - nunca vi nenhum jornal publicar que eu falei aqui do alto lucro dos bancos, têm medo que o banco tire o patrocínio, mas não tem problema, não precisa colocar nada, eu vou continuar falando. Sabem quanto foi o lucro do Banco Itaú? Volto a repetir. Eles estão acendendo vela de metro para o Papai Noel Lula, para o Governo Lula, em três meses: R\$ 3 bilhões e 700 milhões, quase 4 bilhões em três meses. Agora, a custa de quem? De quem compra uma geladeira no crediário, de quem compra um televisor no crediário, de quem financia um automóvel, de quem faz papagaio no banco, do empresário que desconta duplicata no banco e do cheque especial que o cliente é assaltado!

O grande mal do Brasil, se o trombadinha é um mal porque bate a carteira no ponto de ônibus, o grande mal também são os banqueiros que batem o dinheiro de

quase todo o País, e o Lula, coitado penalizado com os banqueiros, achando que está pouco mandou aumentar mais ainda, ficar mais caro a taxa de juros no Brasil. Saiu no noticiário: "A taxa de juros aqui no nosso País passou a ser a mais alta de todo planeta Terra." Ou seja, é por isso que tem gente que faz empréstimo no banco às vezes perde a casa, perde o carro, perde a moto, perde o dinheiro e às vezes perde até a família, porque acaba havendo um descontrole pelo assalto, pelos altos juros que os bancos cobram.

Enquanto isso estou vendo aqui: "Boquinha engorda a conta dos aliados". Sem critérios técnicos o Governo Federal, disseminou nomeação de apadrinhados e de assessores para conselhos de empresas estatais e de bancos do Governo. O cidadão tem um emprego com o Lula, de repente arruma um cargo de Conselheiro da PETROBRAS, em vários outros setores do Governo para o cidadão ganhar mais 50, 60, 70, 80 mil por mês fora o salário do cargo que ele tem no Governo Federal.

Enquanto isso, estava vendo a Dona Marisa que é a Primeira Dama do País esposa do Presidente Lula, pegou um avião da Força Aérea Brasileira, está na internet e no noticiário de toda a imprensa, para ver o quê? Ver se iria melhorar hospitais, os postos de saúde? Não. Para encontrar-se com a candidata Dilma em Belo Horizonte. Ou seja, usando uma estrutura pública que é de todo o povo, que é o avião da Força Aérea Brasileira, de maneira bem a vontade para a campanha política. No dia 1º de maio agora, houve abuso de todos os pré-candidatos a Presidente da República pelo menos dos dois principais candidatos participando de atos públicos no Dia do Trabalhador, dia 1º de maio em que o Governo patrocinou vários eventos de entidades sindicais no nosso Brasil. Então, tivemos ali Serra em uma festa, Dilma em outra festa.

Se fosse aqui um candidato do interior o Prefeito iria ser punido, iria perder os direitos políticos por cinco anos, talvez não voltasse nunca mais ao cargo. Abuso de poder econômico, abuso da estrutura pública. Tem o caso do Prefeito de Sarandi Milton Martini, um homem sério, digno, seu irmão Celso foi Prefeito de Marialva por dois mandatos. O Milton Martini foi Prefeito de Sarandi por um mandato, estava no segundo mandato, por uma besteira qualquer, porque interpretaram que uma porcária de uma licitação estava irregular. Não era desvio de dinheiro não, apenas o jeito de proceder a licitação. Botaram para fora do cargo de Prefeito o Milton Martini. Esse é um dos muitos injustiçados pelas nossas leis. Porque no caso dos abusos que as autoridades de Brasília, as autoridades graúdas praticam não há nenhum tipo de punição, às vezes uma multinha insignificante, R\$ 3 mil porque o Presidente abusou da lei, porque o outro abusou.

Agora aqui no interior o Vereador, o Prefeito por qualquer interpretação de que ele procedeu de maneira equivocada no trato da vida pública, ele corre o risco de perder o mandato, de ficar inelegível, de ser tirado do cargo de maneira violenta afrontosa a lei, como o caso de

Sarandi, do grande Prefeito Milton Martini, a quem prestamos a nossa solidariedade. Voltamos a repetir, que um dia a lei de fato seja para todos. A lei é para todos, mas é cumprida apenas para alguns. Quem são os alguns, os graúdos de Brasília? Não! Aqueles que ocupam os pequenos cargos no interior do Paraná e no interior do nosso Brasil?

São as grandes injustiças com as quais nós ficamos indignados, como ficamos da maneira como tiraram o Milton Martini do cargo de Prefeito de Sarandi.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra do Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. Inicialmente quero fazer uma questão de ordem aqui que acabo de receber um pedido de informações do Secretário de Estado de Transportes.

Uma informação que fizemos, solicitando cópia do contrato envolvendo alguns trechos ao Departamento de Estradas de Rodagem. Inclusive, estive no final de semana lá, a empresa já voltou e não deu nem dois meses e aqui, eles já se anteciparam dizendo que os serviços que estão em andamento são de conservação e não de restauração. Mas, tenho notícias que foi o Governador inaugurar essa restauração, é aquela região da Campina da Lagoa.

O pedido de informações que veio, quero crer que não foi da 1ª Secretaria que me trouxe, mas está aqui dizendo que atendendo um pedido do Deputado Reni Pereira: *Informamos que o trecho tal, que envolvem vários trechos segue anexo as cópias solicitadas.*

Pedi cópias do contrato, quando pagaram, quem fiscalizou e veio simplesmente uma folha dizendo: *segue anexo, os que não estão anexo.*

Faço essa questão de ordem a Mesa, para ver se foi má-fé do DER ou se eventualmente, foi um lapso da 1ª Secretaria quando me encaminhou.

Até a semana que vem, espero que essa informação chegue e é muito importante, porque foi inaugurado esse trecho a menos de dois meses e já está em péssimo estado de conservação. O que tenho certeza, que envolvendo o processo licitatório tinha que ter garantia.

Sr. Presidente feito essa questão de ordem, a questão principal do meu pronunciamento no dia de hoje, que é a notícia crime que foi protocolada exatamente às 10h56m do dia de hoje, na Procuradoria Regional da República Federal no Estado do Paraná.

Essa notícia crime protocolada pelo Fórum popular contra o pedágio, na pessoa do seu Procurador Simon, me foi trazida cópia agora. Ela na verdade, traz essa notícia que vou ler alguns trechos, traz à luz àquilo que agora pouco o Deputado Douglas acabou fazendo no seu pronunciamento. Àquilo que desde o ano passado

tenho dito que viria numa época de eleição, de baixar o pedágio, como já vieram em outras tantas, àquilo que o Deputado Marcelo Rangel ouviu do representante das rodovias na Comissão de Transportes, como ouvimos na Comissão de Fiscalização e a proposta que eles fizeram, há mais de um ano atrás, para baixar o pedágio era da prorrogação do contrato. Então a sequência de fatos e a obrigação desta Casa é a de acompanhar as negociações. Torcemos muito para que o Governador consiga baixar o preço. Não na proposta das concessionárias, mas na proposta do interesse público do Estado do Paraná.

E nesta notícia-crime, que foi levada hoje à Procuradoria, eles levam a esse fórum, porque entendem que esses crimes que ocorreram e que vêm ocorrendo, são de alçada federal. É sempre bom lembrar que esses trechos rodoviários pertencem ao Governo Federal. Eles foram delegados ao Estado do Paraná. É patrimônio da União. Portanto, quando foi realizado o edital de concorrência pública internacional, onde se previam construções de obras de duplicação, marginal, terceiras pistas, contornos rodoviários, interseções, correções geométricas e desapropriação, esses termos da licitação, na verdade, estipularam o caráter da competição licitatória.

E se essa licitação feita, existia este engodo de menos de um ano depois, fingindo um aditivo, desobrigar, suprimir, através de um termo aditivo, atingindo esses bens que não são do Estado do Paraná, são da União, se as empresas que competiram na licitação soubessem disso, certamente o preço delas seria outro. E certamente o resultado seria outro.

Agora, temos aqui uma vasta argumentação de valores. Inclusive, citando algo que é muito importante, que como foi citado hoje, quando as empresas realizaram uma transação extrajudicial, que foi celebrada nos aditivos, elas restabeleceram em março de 2000 os valores originários das tarifas de pedágio. Só que não restabeleceram os encargos contratuais.

Assim sendo, assim como reduzir em até 50%, porque quando o ex-Governador Jaime Lerner, por decreto, baixou em 50%, começou uma questão judicial, não houve homologação judicial dos aditivos, foi aquele jogo de faz de conta, que já foi até citado pelo representante das concessionárias, que todo ano era feito, nos últimos sete anos, o Governador finge que entra na Justiça, no dia seguinte nós fingimos e o preço fica do jeito que está.

É interessante termos a estipulação dos preços estabelecidos no contrato original, na época em torno de R\$ 2,80, quando hoje está R\$ 9,70. E pouca coisa foi feita. É importante citar isto. Estão falando em negociar. Mas, vamos começar negociando o seguinte: ficamos aproximadamente um ano com a redução de 50%, feita por decreto, pelo ex-Governador Jaime Lerner. Em 1999 foi feita esta transação e se restabeleceram os valores originais da licitação. Porém, as obras, e são inúmeras obras, desde duplicação até construção de obra de arte, até inclusive os contornos que o Governo Federal está fazendo em Cascavel, inúmeras obras continuaram desobrigadas.

Então, vamos nos aliar a uma proposta para reduzir o pedágio em até 50%, porque até onde consta é que se desobrigaram de fazer as obras. O povo do Paraná está pagando como se as obras tivessem sido feitas e, infelizmente, eles voltaram a cobrar o preço originário. Pode reduzir em até 50% sem ganhar um dia sequer de aditivo contratual, até porque esta proposta não é dos paranaenses, esta proposta de redução em troca de aumento do prazo contratual é das concessionárias, e foi feita aqui na Assembleia Legislativa, há mais de um ano, pelo representante das concessionárias.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Péricles de Mello, no Pequeno Expediente.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, e Srs. Deputados.

Havia me inscrito também no horário da Liderança do PT, mas o Deputado Pedro Ivo vai abordar um assunto importante. Então, vou usar apenas o Pequeno Expediente, cinco minutos, para os assuntos que vou falar.

Primeiro, queria me referir ao pedágio. Acho que só tem sentido diminuir o pedágio se a diminuição disser respeito à estrutura do pedágio, que é totalmente injusta. O pedágio no Paraná é caro porque não teve licitação, foi uma fraude, uma farsa, foi uma adequação entre grandes grupos econômicos e empreiteiras privadas, grandes consórcios, e expliquei tudo isso na época. O Governo do Paraná não estabeleceu um valor, a concorrência não se dá em cima do valor da tarifa básica, e quem definiu o valor da tarifa básica foi o Governo do Estado, uma caixa preta que ninguém entende. A partir dessa tarifa básica o pedágio é reajustado até hoje, e o que justifica a tarifa básica era uma coisa chamada de proposta comercial da concessionária, e aí analisamos que o faturamento é de até 1.000%, valor de praças de pedágio e assim por diante.

Então, acho que baixar o pedágio através de um acordo, diminuindo imposto, só mascara o problema. Ou baixar o pedágio aumentando o prazo do contrato é muito pior ainda, porque o contrato é lesivo em si mesmo e o quanto antes o Paraná se livrar desse contrato - já que não conseguimos nos livrar dele pela Justiça - melhor é, porque só assim teremos condições de fazer um pedágio muito mais barato, como é o pedágio feito nas rodovias federais pelo Governo Federal.

A segunda questão, estava conversando com o Deputado Rafael Greca e ele me falando sobre o Tanguá, a sociedade ponta-grossense está reagindo ao aterro privado na região mais bela da Cidade, e tem uma notícia alvissareira hoje no jornal Diário dos Campos, que tem aberto espaço para essa luta contra esse crime nos Campos Gerais, que um grupo de trabalho a favor do aterro

público, formado pela Associação Comercial, OAB, e várias entidades ponta-grossenses, está chamando a SANEPAR para que apresente um projeto de aterro público em Ponta Grossa. E soube da Câmara Municipal e de alguns Vereadores que o Promotor Federal Osvaldo Soweck esteve visitando a Câmara ontem demonstrando claramente a sua posição contra o aterro naquele local e cobrando dos Vereadores que não permitam e não aprovem uma legislação que venha do Executivo transformando aquela área belíssima de área de preservação ambiental em área de expansão industrial, o que é um absurdo, uma excrescência. Então, são notícias boas que acontecem e nós continuamos com o nosso trabalho na campanha Salve o Rio Verde, para impedir que esse crime se perpetre contra a nossa Cidade e o patrimônio natural e cultural da região dos Campos Gerais.

Queria também relatar que ontem estive ao lado do Deputado Federal Ângelo Vanhoni e de um diretor do Ministério da Cultura no SESC da Esquina, com mais de 200 pessoas como artistas, intelectuais, produtores culturais, gestores e empresários na área da cultura, discutindo a nova Lei da Cultura. Tenho aqui o caderno, vou mostrar para a nossa era aqui. Nunca no Brasil aconteceu um processo tão bonito como esse. O Ministério da Cultura, o Deputado Vanhoni que hoje é presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal, percorrendo mais de 19 Cidades da Federação fazendo grandes reuniões, audiências, debatendo a Lei Rouanet e a nova Lei da Cultura do Brasil. Que muda totalmente uma lógica é uma lei que deu errado. Na verdade todo dinheiro de isenção fiscal é dinheiro público. É o dinheiro que o empresário deixa de recolher aos cofres públicos, portanto, é dinheiro público. A lei Rouanet mostra que 90% dos recursos são de isenção fiscal. As empresas não dão nada. São apenas 10% de dinheiro privado.

As empresas têm o poder de definir qual o projeto que querem, segundo a imagem da empresa. E a concentração também em recursos em São Paulo, tudo isso fez com que a discussão fosse alterada, uma discussão de longo período. É um momento precioso da história do Brasil com relação à questão da cultura. Estaremos promovendo uma audiência aqui na Assembleia Legislativa pela Comissão de Educação e Cultura para discutir essa lei e uma série de outras legislações que estamos entrando, projetos de lei, mas não terei tempo de falar isso agora, falarei em outra sessão. E por último fazer um apelo ao nosso Governador Orlando Pessuti que implemente, o mais depressa possível, os pontos de cultura. São R\$ 9 milhões do Governo Federal e falta assinatura do convênio e a contrapartida do Governo do Estado, já que o Paraná deixou de pagar 7 milhões por mês, uma grande vitória. Temos que enaltecer a força das lideranças paranaenses, nosso Governador e Senadores. E o Governo terá recurso para fazer essa parceria para os pontos de cultura com os 9 milhões que vêm do Governo Federal.

Muito obrigado!

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Jocelito Canto no Grande Expediente.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A partir deste mês de maio entramos na era da transparência total nesta Casa. É o que mais nos cobram, a transparência total de nós os Deputados. A partir de hoje, que é o começo do mês, estarei, paralelo ao que a Assembleia Legislativa vai fazer oficialmente, fazendo uma prestação de contas, no meu site, com todas as verbas que eu receber deste Poder. Todas as verbas que eu receber desta Casa estarão no meu site a partir deste mês. Todo mês. Tudo o que eu receber desta Casa vai estar no site. Já está no meu site a relação dos funcionários que serão nomeados por esta Casa nos próximos dias. Não coloquei todos, mas a grande maioria. Evidente que estou aguardando só a Mesa que está tratando desse caso, da colocação, de acordo com a formação de cada um. Já estão no meu site, devidamente colocados, os nomes dos funcionários que vão trabalhar e estão trabalhando comigo à disposição do meu trabalho Parlamentar, aqui e no meu escritório em Ponta Grossa. Os daqui que vão trabalhar aqui e os que vão trabalhar em Ponta Grossa são os agentes políticos que já estão enquadrados nessa lei.

Quero deixar bem claro, principalmente à imprensa, qualquer ato de responsabilidade minha para trás não é para ser esquecido, é para ser responsabilizado. Quero deixar bem claro esse posicionamento, mas, a partir de hoje, todos os meus atos nesta Casa, qualquer verba que eu receber vai estar no site com a prestação de contas de onde foi o dinheiro. Nós fizemos um site, que estamos trabalhando há tempo, uma prestação de contas que nos permite inclusive colocar cópia da nota fiscal, se quiser, na internet. Está pronto esse site. Estamos começando uma nova vida. Volto a dizer que o que aconteceu para trás que continue o Ministério Público investigando, quem tiver que investigar investigue. Daqui por diante, neste mês em que colocamos novos funcionários, que colocamos uma nova vida, estou fazendo essa prestação de contas.

Cada um faz o que quer, a Casa tem a lei que foi aprovada, a Casa define de que forma que será a prestação de contas, a partir de agora. Estou colocando da minha forma, como eu fiz no primeiro mandato quando fui Deputado desta Casa, que fazia prestação de contas até do salário que recebia. Então, Sr. Presidente, estamos fazendo isso, a partir de hoje. Espero que possamos continuar com essa transparência. É o momento. Estamos vivendo uma nova era não só na Assembleia, mas em todos os Poderes e, a partir do momento, Deputado Caíto, que fizemos isso aqui vamos cobrar os outros Poderes também. Todos terão que fazer o mesmo que vamos fazer a partir de agora. A partir de agora é uma nova etapa.

Vou usar o Grande Expediente, Sr. Presidente. A transparência total de cada Parlamentar é uma definição de cada um. Agora, eu não vou fazer discurso; vou fazer, e está, a partir de hoje, já começando com a relação dos funcionários que serão, em seguida, devidamente contratados e enquadrados pela Assembleia, para acabar com aquela confusão de funcionários que está girando aí e que está trazendo um constrangimento muito grande à muitas pessoas.

Então, Sr. Presidente, fica oficializado que todas as verbas que eu receber desta Casa, a partir de hoje, estarão de forma transparente na internet. Acho que é uma forma de acabar com o ‘bochicho’, com a confusão, e isso vai ajudar sempre a ter a fiscalização.

Agora, Deputado Neivo, espero que os outros Poderes também façam isso. Este é o primeiro ponto.

Segundo ponto: já está devidamente protocolada na Comissão de Finanças desta Casa - acabei de protocolar - uma emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 187/10. O que diz essa emenda? Que Poder Legislativo, a partir de 2011, deixará de gastar 5% do orçamento e passará a gastar 4%; 1% vai para a Segurança, devidamente verba carimbada. Nesse 1% será feito também o devido desconto do Tribunal de Contas, que está incluído nesse índice de 5%. O Poder Judiciário, que até dispunha de 9% passará a receber 8%, 1% a menos que sai do Poder Judiciário e vai para a Segurança. Isso se chama Justiça preventiva.

Quando cuidarmos da Segurança, não precisaremos de tantos processos no Poder Judiciário. É o Poder Judiciário prevenindo. O Ministério Público perderá 0,5%, que irá para a Segurança. Vamos cortar os “penduricos” que os Poderes têm. Vamos cortar as gratificações excessivas que os Poderes têm. Vamos cortar as gratificações excessivas que os Poderes têm. Vamos cortar os cargos em comissão, de forma exagerada, que os poderes têm. Vamos juntar 2,5% que irá para a Segurança.

Por outro lado, nesta mesma emenda colocamos que o Governo do Estado também vai colocar mais 1,5% na Segurança Pública. Portanto, teremos 4% a mais na Segurança, que é o nosso grande problema hoje. Quatro por cento nas receitas do orçamento do Estado significam quase meio bilhão. Hoje, a Segurança tem um orçamento de 1 bilhão e meio. Com esses remanejamentos, a Segurança Pública passará a ter 2 bilhões, a partir do ano que vem. É um bom dinheiro. Dá até para aprovar aquela PEC dos policiais, vai sobrar dinheiro, contratar e treinar mais policiais, mais equipamentos. Teremos 4% a mais, em torno de 500 milhões, meio bi, na gíria popular, o que passará a 2 bilhões à Segurança Pública.

Ouçoo muitos discursos quando se fala de Segurança. O momento que um Deputado pode mexer na questão financeira é agora. Deputado Caíto, V. Exa. que chamou aquelas emendas de picaretas, o senhor tem razão. Lá não cabe emenda nenhuma. O único momento em que o Parlamentar pode mexer na questão financeira do Estado, é aqui. Tem muita gente que não sabe disso.

O Deputado pode, quando o Executivo remete a LDO, apresentar uma emenda, se o Parlamento concordar. Deixo muito claro que isso não dependerá só de mim e sim dos senhores, de cada um dos Deputados daqui, da sua maioria, para aprovarmos isso.

Peguei alguns números que me surpreenderam. Por exemplo, Santa Catarina, a Assembleia Legislativa de lá gasta 5%. O Tribunal de Justiça de Santa Catarina gasta 7.4. Em Santa Catarina não tem FUNREJUS. Sabem quanto gasta o Ministério Público de lá? Santa Catarina é 3.1, uma Cidade, temos outras Cidades também, outros Estados.

Temos aqui alguns dados que me chama a atenção: em 1999 a Assembleia gastava 5%, Poder Judiciário 8.5, Ministério Público 3.3.; em 2000 o Poder Legislativo mantinha os cinco, Poder Judiciário mantinha 8.5, Ministério Público manteve 3.3; 2001, Poder Legislativo manteve os cinco, Poder Judiciário 8.5, Ministério Público 3.3; 2003, Legislativo mantinha cinco, Judiciário 8.5, Ministério Público subiu de 3.3 para 3.6; 2004, Assembleia cinco, Poder Judiciário 8.5, Ministério Público manteve 3.6; 2005, Assembleia cinco, Poder Judiciário 8.5, Ministério Público 3.6; 2006, Poder Legislativo cinco, Judiciário 8.5, Ministério Público subiu 3.7; 2007, LDO, Legislativo cinco, Judiciário 8.5, Ministério Público subiu 3.8; 2007 Legislativo 5, Poder Judiciário subiu, nove, Ministério Público subiu para quatro. Os senhores sabem disso? Que o Ministério Público subiu para 4% em 2007? Subiu para 4%; em 2009, cinco a Assembleia, nove o Judiciário, 3.9 o Ministério Público e em 2009, cinco, nove e o Ministério Público 3.9.

E com um agravante, senhores, a prestação de contas do Estado, o balancete do Estado determina que alguns Poderes gastaram além da LDO. Você imagina, Deputado Péricles, se V. Exa. Prefeito de Ponta Grossa, gastasse além do que determina a LDO? Está fixado.

Enfim, como estamos vivendo um momento de mudanças, de transparência, peço aos Srs. Deputados que reclamam muito da Segurança, quero ver quem é que vai votar comigo nestas emendas. Quero ver aqueles que reclamam da Segurança, se concordam em diminuir, a começar pela nossa Casa, pela Assembleia do Paraná, vamos tirar 1% daqui e do Tribunal de Contas, vamos tirar 1% da Justiça, porque eles têm o FUNREJUS, e vamos tirar 0,5% do Ministério Público, vamos diminuir gratificações, vamos diminuir cargos em comissão, porque a orientação do Tribunal de Contas para os Prefeitos é assim: quando se aproxima o limite prudencial o orador de despesas deve diminuir as despesas para acompanhar o orçamento, não é, Deputado Dobrandino? É assim. Então, eles orientam que devemos tirar os cargos em comissão, os de confiança.

Então, aqui fica o alerta, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para que possamos, a partir de agora, pensar nesse corte que começa, Deputado Greca, aqui na nossa própria Casa, cortamos 1%, sendo que um pouco mais aqui, um pouco menos no Tribunal de Contas, vamos cortar! Não está todo mundo querendo reclamar da Segurança? Vamos colocar o dinheiro na Segurança!

E aqui, senhores que estão assistindo pela televisão, é o único momento em que o Deputado pode mexer com dinheiro, pode definir aonde vai o dinheiro. Isso só vai depender de nós, de cada um que está sentado nestas cadeiras. Os Deputados têm o poder de fazer isso para melhorar a Segurança. Agora, essa emenda pode, da LDO.

A LDO, para quem não sabe, é o mais importante instrumento de ação do Parlamentar. Não são aquelas emendas que depois têm que negociar. Isso aqui é uma emenda de Poderes. O Deputado define, através do que manda o Executivo, aquilo que ele entende que é bom para o seu povo. O povo nos cobra ação na Segurança e aqui proponho uma ideia de meio bi na Segurança a partir do próximo ano.

Um aparte ao Deputado Péricles.

O Sr. Péricles de Mello (PT)

Quero cumprimentar pelo seu pronunciamento, corajoso, toca na essência de muitas questões. A Bancada do PT se manifestou e vamos fazer exatamente como senhor está fazendo. Os nomes de todos os nossos funcionários estão sendo publicados, ainda não define quais os que ficarão, todos foram demitidos. Assim que defina, esta semana - tenho funcionários também em outras Cidades, nos Campos Gerais - publicarei.

Agora, o senhor toca numa questão essencial que é a estrutura do Estado. O senhor está discutindo, na verdade, a estrutura do Estado. Isso acontece em todo Brasil. Na reunião da cultura que estive ontem está sendo discutido isso. Há uma mudança na Constituição Brasileira, para que a União gaste 2% com cultura, os Estados Federais 1,5%, os Municípios 1%. O senhor está discutindo toda estrutura do Paraná. Quanto à Procuradoria, o Poder Judiciário, o Poder Legislativo, o Tribunal de Contas, extraindo o percentual de cada um desses Poderes para uma questão central do Brasil de hoje, a questão da Segurança Pública.

Parabéns pelo seu pronunciamento. Acho que todos nós deveríamos dar mais atenção à essa questão.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Digo aqui, Sr. Presidente, que isso é uma proposta para ser discutida. Entra em discussão, em debate a partir de hoje. Fica aqui o alerta, menos dinheiro, regalias e gratificações nos Poderes e mais dinheiro na Segurança. Quem quiser me acompanhe.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Pedro Ivo.

Deputado Pedro Ivo (PT)

O SR. PEDRO IVO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Gostaria antes de ler uma nota do Partido dos Trabalhadores sobre alguns questionamentos feitos pela imprensa.

(Lê):

A Bancada do Partido dos Trabalhadores na Assembleia Legislativa, esclarece que a sua participação na Mesa Diretora da Casa segue o princípio da proporcionalidade das bancadas. Em 2006, o partido apresentou uma Carta de Princípios para integrar a chapa única que foi eleita para dirigir o Legislativo Estadual a partir de 2007. Por decisão da bancada, o partido foi representado na legislatura 2007/2008 pela Deputada Luciana Rafagnin, e na de 2009/2010 pelo Deputado Elton Welter.

Neste período a Assembleia Legislativa do Paraná implementou uma série de mudanças para modernizar os trabalhos, com o fim do voto secreto, implantação do painel eletrônico e da TV SINAL além de adotar novas diretrizes de nomeação de cargos, com a aprovação da Lei nº 16390, de 02 de fevereiro de 2010, a qual ainda deve receber ajustes com a substituição de uma parcela de cargos comissionados por cargos de provimento efetivo mediante concurso público.

Diante deste quadro, a bancada entende que o Partido dos Trabalhadores contribuirá para o aperfeiçoamento do processo de democratização e transparência do Legislativo, não se eximindo de sua responsabilidade de concretizar a modernização que a Casa necessita. Por isso, a bancada decidiu permanecer na Mesa Diretora, cuja decisão está em consonância com a posição da Executiva Estadual do partido.

Era isso, Sr. Presidente, a carta esclarece que foi elaborada pela nossa bancada.

Com o aparte o Deputado Enio Verri.

O Sr. Enio Verri (PT)

Só queria, complementando a sua leitura observar que a Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores já emitiu uma nota onde ela observa três pontos, que somam-se a esta posição que V. Exa. fez a leitura que trata da importância da transparência, a importância das mudanças que estão ocorrendo e que devem ser continuadas, conforme a Carta de Princípios, assinada na época pelo então candidato Presidente Nelson Justus que estamos cobrando e acompanhando. A importância também do nosso apoio aos movimentos sociais e populares na cobrança que esse processo continue e avance. Principalmente como já foi citado pelo Deputado Péricles a transparência, em especial dos nossos Parlamentares na medida que toda nossa equipe deverá estar, boa parte já está publicada nos respectivos sites dos Parlamentares. Me parece que este é um momento muito importante, e exaltar também nosso reconhecimento do papel da imprensa, na medida que isso faz com que estas mudanças possam de fato acontecer e toda população possa acompanhar.

Muito obrigado.

Horário da Liderança:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Cleiton Kielse.

Liderança do PMDB: Deputado Cleiton Kielse

O SR. CLEITON KIELSE

Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputados, venho até à tribuna trazendo boas notícias em nome do Governo e do Governador, Orlando Pessuti. Nas interiorizações programadas para estes próximos dias temos uma lista de obras a serem lançadas, vários projetos para serem inaugurados ainda da assinatura do ex-Governador Roberto Requião, mas da continuidade do projeto de melhoria de qualidade de vida dos paranaenses.

Em Ponta Grossa onde estiveram vários Parlamentares, o Deputado Romanelli, a Deputada Beti Pavin, Deputado Anibelli e tantos outros Deputados tivemos uma visão que este Governo veio dar uma oxigenação, não só na parte estrutural do Estado, mas também veio contemplar algumas áreas que estamos realmente buscando acrescentar valores orçamentários. Mas, temos uma nova dinâmica oferecendo possibilidades de conversas, de encontros, de novas metas que vamos alcançar com o Governador Orlando Pessuti.

Saímos ainda há pouco da reunião com o Secretário de Estado da Segurança, onde o Coronel Serpa com muita propriedade nos deu ênfase não só na parte de encontros com todas as polícias que está fazendo em parceria com as suas comunidades. Mas, buscando um ponto de equilíbrio, onde todas as microrregiões serão contempladas com viaturas novas, que foram também no Governo Requião, mas otimizando a estrutura da Polícia Militar e Civil fortalecendo a equipe de inteligência do Governo do Estado dando uma parceria fiel, que queríamos e agora temos com toda certeza aproximando ainda mais a Polícia, não só dos Comandantes, mas aproximando da comunidade, paranaense.

Levamos um projeto, que já discutimos com vários Coronéis em nosso Estado, discutimos com vários Comandantes da Polícia Civil em setores e departamentos especializados, onde criaríamos uma válvula de reposição de policiais militares e civis conforme a necessidade dentro do período trimestral em cada momento. Fazendo um comparativo hoje na Escola da Polícia estão formando agora, ingressarão 1 mil 100 policiais novos dentro do Quadro da PM, mas já temos uma defasagem pelo período, das aposentadorias, das reciclagens, das promoções, das transformações e das saídas de policiais do nosso Estado. Por isso, mesmo com os 1 mil e 100 policiais vamos ainda precisar de no mínimo mais 1 mil e 500 policiais.

Com o projeto da criação da nova Companhia da Polícia Militar, que seria o 21º Batalhão, que provavelmente será em Colombo, nós criaríamos uma subdivisão entre o 17º e o 21º Batalhão que seria criado na Região de Colombo, atendendo toda a Região Norte da grande Curitiba. E por que esse raciocínio? Porque há 20 anos atrás tínhamos 750 mil habitantes na Região Metropolitana. E hoje quicá temos mais habitantes na Região Metropolitana do que a própria Cidade de Curitiba, chegando a casa de 2 milhões e 400, calculo que até mais que isso se somando todos os Municípios da Região Metropolitana. Isso é dinâmica das Cidades como aconteceu em Maringá.

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

A grande Curitiba tem 4 milhões de habitantes, no seu conjunto são 25 Municípios. A Metropolitana toda são 29 Municípios, mas os 25 Municípios mais próximos fazem uma mancha urbana de 4 milhões de habitantes que devem ser confirmados pelo senso do IBGE.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

A expectativa que temos é baseada no IBGE. Essa soma o que significa? Hoje precisaríamos de mais um Batalhão completo no mínimo com 400 a 800 policiais na região Norte de Curitiba. O Governador Orlando Pessuti pensando nisso já reuniu os Coronéis, fez uma subdivisão proporcional ao número de habitantes, proporcional a questão da criminalidade dentro do nosso Estado e deve lançar nos próximos dias um novo Batalhão que seria o 21º Batalhão da Polícia Militar do nosso Estado. Não só daria um reforço da Polícia, um novo contingente, mas com essa válvula que pessoalmente estudei junto com os Coronéis nós criaríamos uma válvula de reposição imediata, quando faltassem 500 policiais.

O Sr. Edson Strapasson (PMDB)

Muito interessante e nós tivemos falando várias vezes dessa tribuna, inclusive, fora, alvo de um projeto que nós fizemos. Estivemos também discutindo durante muito tempo no Governo Requião, para que fosse desmembrado o Batalhão do 17º para atender apenas a Região Sul de Curitiba e criando o Batalhão Metropolitano Norte, projeto inclusive, vetado pelo Governador Requião e que está nessa Casa para que seja derrubado o veto. E espero que seja derrubado o veto.

Fico muito feliz e conversamos com o Governador Pessuti e ele demonstrou que conhece muito bem a nossa Região Metropolitana. Conhece as dificuldades com relação à Segurança Pública e me falou que pretende tocar adiante essa iniciativa que nós tivemos para criar o Batalhão Metropolitano Norte. Inclusive, quando se fala em Batalhão nós pensamos numa estrutura de um quartel. Na verdade o que precisamos é o efetivo. De imediato falei com o Governador Pessuti -Governador mesmo que não haja estrutura com prédio pronta, podemos de pronto,

hoje, criar um reforço, criar esse Batalhão, sediado em outro local físico, mas que ele possa estar nas ruas, que é onde deve estar o policiamento, para que possamos melhorar a condição de Municípios como Colombo, Rio Brando do Sul, Tamandaré, que tem um policial para cada 4 mil habitantes. O que é um absurdo!

Esse tema é bastante importante, fico feliz que o nosso Pessuti conhece muito bem a região e sabe que isso é uma prioridade absoluta.

O Sr. Ademir Bier (PMDB)

Ontem à tarde estivemos com o Coronel numa audiência com a Comissão de Segurança da Assembleia. Nós solicitamos essa audiência na semana passada, convocamos todos os membros da Comissão e estivemos ontem, com a Deputada Rosane e com o Deputado Quinteiro muito bem, recebido pelo Coronel. Fomos lá colocar a Comissão de Segurança da Assembleia à disposição. Também tivemos a oportunidade de por mais de meia hora conversar com o Secretário daquilo que é o pensamento do Governador Pessuti e do nosso Secretário.

É uma visão diferenciada, essa visão de atendimento de Região Metropolitana, não só de Curitiba, mas também, para as outras regiões do Estado a nível de Maringá, de Londrina, de Cascavel, Foz do Iguaçu de um plano muito bom nesse sentido. Nós estamos muito contentes pelo Coronel ter nos recebido e, na semana que vem vamos conversar com o Coronel Rodrigo que vai aqui na Assembleia Legislativa junto com a nossa Comissão de Segurança Pública, fazer uma reunião com algumas ideias que foram discutidas nessa audiência.

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

A propósito do que dizia o Deputado Strapasson sobre a inexistência de um espaço de um quartel da região Norte da Cidade. Permitiria-me sugerir duas áreas: O antigo centro de treinamento dos bombeiros junto a Caixa D'água em Piraquara, onde existe um prédio em funcionamento, Centro de Treinamento dos Bombeiros que seria de alta valia até para o projeto do Guarituba, porque esse novo quartel vai ocupar toda várzea do rio Piraquara a impedir invasões naqueles terrenos que ainda lá não foram ocupados. Seria um espaço muito interessante para um quartel da Região Norte acessível pelo contorno Leste e Norte de Curitiba.

A outra possibilidade é o próprio prédio do BANESTADO ainda em Curitiba, mas já na imediata fronteira de Colombo em cima do rio Atuba, aonde há também espaço de sobra e que permitia facilmente materiais pré-fabricados modernos, a construção de um quartel. E por certo haverá, seja em Tamandaré, seja em Colombo, outras áreas de propriedade do Governo do Estado, que podem perfeitamente permitir a construção de um quartel. Inclusive, remanescentes do terreno do Parque Aníbal Khury, por exemplo, na Cidade de Almirante Tamandaré.

Então, não me parece que seja falta do prédio o pretexto para que não exista o serviço. Temos que aprender a velha lição de Esparta, a Cidade que não tinha muros e não tinha quartéis. Quando perguntavam aos espartanos onde estava a defesa da Cidade, eles batiam no peito e diziam: a defesa da Cidade está aqui, na minha vontade de defendê-la.

Seria muito interessante que esse batalhão novo surgisse, aproveitando um espaço reciclável, até porque o Governo Orlando Pessuti não é um império de 1 mil anos. Tem ainda três meses de período de proibição eleitoral e tem nove meses até o fim do ano para deixar definidas suas estratégias. Claro que todos vamos torcer para que ele tenha a possibilidade da reeleição. Mas, isto depende de uma eleição e de um processo histórico que está só começando.

Passa a usar o horário da Liderança do Governo

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Agradeço aos Deputados Ademir Bier e Rafael Greca de Macedo.

Esta consolidação que vamos buscar a assinatura de todos os Parlamentares faz com que este projeto, que já apresentamos aos Coronéis, venha pautado com a anuência da Assembleia. Qual seria este projeto? Que a cada 500 policiais, dentro do quadro normal que temos, em número, dos policiais militares, automaticamente abriríamos uma Escola de Polícia. Independentemente se outra escola estivesse já findando. Porque o ciclo que temos é muito difícil de acompanhar, a reposição dos policiais. Temos quer ter um “x” número de vagas, que hoje leva dois anos para formação. Espera-se a formação dos policiais. quando eles tomam posse, normalmente esse número de policiais já não supre os números necessários. Por isso, os Coronéis já têm um orçamento prévio para isso. Não teríamos nenhum ônus a mais. Não traríamos nenhum problema orçamentário ao Governo do Estado. Não criaríamos, absolutamente, nenhuma mudança, não só no quadro de investimento para a Polícia, mas manteríamos o que já existe dentro da normalidade orçamentária.

São passos que estamos tomando. Vamos começar no dia de hoje, agora, a partir desta reunião, fazendo uma parceria também com o Ministério da Justiça, que tem uma outra parceria, com os presídios do Paraná. E vou apresentar durante a semana que vem um outro projeto, que o Governo do Estado pediria uma ajuda ao Governo Federal para manutenção dos presídios do Paraná, aonde neste período foram construídos 11 presídios, restando três a serem inaugurados.

Tivemos o ingresso de quase 10 mil pessoas dentro do sistema carcerário do Paraná. Onerando, mês a mês, uma base de R\$ 1 mil 550 *percapita*, base de R\$ 15 milhões a mais, por mês, só no sistema carcerário do Paraná. Isto é, todo o investimento que fizemos, as novas

delegacias, as novas viaturas, elas também fazem parte, dentro da Secretaria da Justiça e a Secretaria da Segurança, de um plano para tirarmos nosso malfeitores, os traficantes, aqueles que avançam contra o direito da sociedade à liberdade e também o respeito ao cidadão, mas temos que ter esta parceira com o Governo Federal.

Como faríamos isto? Buscando, em parceira com o Presidente Lula, a ex-Ministra Dilma, que tem realmente quase declarado o apoio do nosso Governador Orlando Pessuti à sua campanha, forçando com o Ministro do Planejamento, nosso amigo Paulo Bernardo, que tivéssemos um aporte e a federalização de alguns presídios do Estado do Paraná. São valores substanciais que, somados os 12 meses, temos de investimento anual, em valores novos, a carga de quase R\$ 200 milhões só nos novos presídios. Isso seria uma soma muito expressiva para reinvestirmos na área de Segurança em nosso Estado. Faríamos um deslocamento da preocupação carcerária, que normalmente em outros Estados tem o aporte e o apoio do Governo Federal. As universidades já estão supridas e foi dada a abertura de três novas universidades em nosso Estado pelo Governo Federal, mas nesse projeto da parceria do Governo do Estado com o Governo Federal nós teríamos quase R\$ 210 milhões de ônus, anualmente, do caixa do Estado.

Por isso venho pedir à Bancada do Partido dos Trabalhadores, à bancada que realmente tem um esforço paralelo no apoio não só partidário mas na sigla do Presidente da República, que tem se preocupado, que tem feito remanejamentos para a área da Segurança, diretamente e indiretamente, e para a área também dos presídios em vários Estados brasileiros, para que nós, junto com o novo Secretário da Segurança, com o Secretário da Justiça, com o Governador Orlando Pessuti, possamos contabilizar ainda para o ano de 2010 a mudança do sistema de apoio, não só dos presídios em nosso Estado, mas também o aporte de recursos que já foram oriundos de um programa de Segurança Pública em que vieram cerca de R\$ 24 milhões no ano de 2009; a previsão deste ano é de R\$ 40 milhões de aporte para a área da Segurança Pública em nosso Estado pelo Governo Federal, mas para que nos próximos anos, dentro do orçamento federal, possamos contemplar um aporte médio de R\$ 20 milhões, fazendo essa parceria com o Governo Federal. A soma de valores, a soma que temos hoje dentro da área de Segurança, junto com o novo Secretário, deve chegar à casa de R\$ 250 milhões para este ano de 2010. Mas, se o Governo Federal aportasse os recursos necessários, assumindo alguns presídios em nosso Estado, economizaríamos cerca de R\$ 200 milhões, se fosse realmente da maneira que é conduzida em outros Estados. Temos em nosso Estado apenas um presídio federal, mas poderíamos ter como o Estado de São Paulo tem, como o Rio de Janeiro tem, como o Rio Grande do Sul tem, em uma média de cinco presídios bancados pelo Governo Federal, como foi feito com as universidades federais em nosso Estado.

Seria isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No horário do Bloco PPS/PMN, com a palavra o Deputado Marcelo Rangel.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, e senhores da imprensa.

Subo à tribuna como Deputado da Liderança do PPS, para falar sobre o Projeto Ficha Limpa. Hoje pode ser um dia histórico, pode ser realmente um dia muito importante para a política nacional, porque está sendo votado em Brasília o Projeto Ficha Limpa e há pouco dei uma entrevista a uma jornalista falando sobre o meu posicionamento a respeito desse projeto e, disse que tenho muito orgulho de além de ser favorável ao projeto, ter a minha assinatura entre as mais de 1,5 milhão de assinaturas que estão lá em Brasília. Mas não é isso, o PPS fechou questão para a votação em regime de urgência para a votação do projeto e está cobrando inclusive, de todos os Parlamentares, está acompanhando e torcendo. Assim como neste momento torço para que o projeto seja aprovado. Mesmo com as suas mudanças acredito que já é um grande avanço. Mas o PPS fez mais do que isso. O nosso partido adotou o Projeto Ficha Limpa já para esta eleição de 2010, dentro do nosso partido. De acordo com o documento expedido pelo Diretório Nacional, resolve adotar o Projeto Ficha Limpa para todos os pré-candidatos do PPS. Atendendo as exigências do artigo 18, parágrafo 3º do seu estatuto.

Art. 3º Não poderão ser candidatos a qualquer cargo público eletivo os filiados ao Partido Popular Socialista que tenham contra si condenação na segunda instância de qualquer órgão colegiado do Poder Judiciário, pela prática dos seguintes crimes:

(...)

Art. 5º Se algum pré-candidato se enquadrar em qualquer das situações descritas no artigo 3º, seu nome estará impedido de ser escolhido/aprovado como candidato pelo PPS.

(...)

Esta é uma determinação do nosso partido. Na eleição de 2010 o PPS se pronuncia desta maneira. Esperamos que no Congresso Nacional tenhamos também avanços. Claro, que ainda existe resistência, porém, acredito que, se passar no Congresso Nacional e for para o Senado vamos enfrentar menos resistências, e esse projeto poderá ser aprovado para ser implantado ainda este ano.

Também quero dizer que, como Líder do PPS, não é só motivo de orgulho, mas motivo de reconhecimento por cumprir um dever partidário. Dever de salvaguardar a democracia, acima de tudo, mas com representantes que sejam legitimados pela sua idoneidade judicial. Como esse é um pronunciamento partidário, como Líder do PPS me despeço da tribuna dessa maneira, torcendo para que tenhamos um Brasil melhor.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Não sei se cabe questão de ordem, mas pedi um aparte ao Deputado Rangel, até sobrou tempo, mas não me concedeu. Queria só perguntar ao Deputado Marcelo Rangel sobre essa resolução que o PPS apresenta agora, que só pode ser candidato quem tiver a ficha limpa, tem que ser um cara praticamente virgem, não pode fazer nada de errado. Só queria saber se alguém sabe de algum membro do partido que tenha cometido um erro e não tenha sido julgado, ou esteja em processo de apresentação. Alguém denuncia uma pessoa que tenha cometido alguma improbidade, alguma coisa nesse sentido e que não tenha sido ainda apresentada particularmente à Justiça. É isso que eu queria saber. Quem sabe o Deputado possa, numa outra oportunidade, esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não cabe o aparte, já que o Deputado já deixou a tribuna. Não cabe o aparte, Deputado Jocelito Canto.

Com a palavra Liderança da Oposição, Sr. Deputado Elio Lino Rusch.

Liderança da Oposição: Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Hoje, aqui na Sessão, ouvia o Deputado Reni Pereira, que se manifestou em relação a um possível aditivo, uma negociação que o Governo do Estado estaria promovendo com as concessionárias no Estado do Paraná, para um possível desconto no preço da cobrança do pedágio em nosso Estado. Ora, vamos lembrar alguns fatos, Deputado Fernando Scanavaca: o pedágio no Paraná foi implantado em 1998. O preço realmente é altíssimo, elevado. O Governador na época, Jaime Lerner, reduziu o custo do pedágio, por um decreto, em 50%, esse preço prevaleceu por quase dois anos e se travou uma briga na Justiça. É lógico que, como vivemos num Estado de direito democrático, em que a lei e a legislação têm que ser respeitadas, é óbvio que a parte que sente-se prejudicada procure seus direitos na Justiça. As concessionárias entraram na Justiça para reaver o preço cobrado inicialmente e, a Justiça concedeu o preço inicialmente cobrado mais a correção ou a perda daqueles quase dois anos sem a cobrança dos 50% que havia sido reduzido, Deputado Nelson Justus, Presidente desta Casa.

O Governo na época, Jaime Lerner, por meio da sua equipe, procurou um entendimento e uma negociação com as empresas e retiraram, logicamente, algumas obras que estavam previstas no contrato original. Por exemplo, algumas estradas marginais em algumas Cidades não foram construídas, algumas passagens de desnível, trevos, melhor dizendo, de passagens de desnível foram excluídas e ficou em passagem de nível, algumas outras obras foram retiradas. No entanto, Deputado Rafael Greca, V. Exa. que na época acho que era Chefe da Casa Civil do

Governo Jaime Lerner, das duplicações não foi retirado nenhum quilômetro, e falo, neste momento, da BR-277, que liga Cascavel a Foz do Iguaçu. Havia dentro do programa, do organograma e do contrato, uma previsão para que fosse executada essa duplicação. Até 31 de dezembro de 2002 devia estar concluída a duplicação de Foz do Iguaçu até Medianeira e de Cascavel até o trevo de Capitão Leônidas Marques. Depois, até 31 de dezembro de 2008, ou 2007, outro trecho deveria estar concluído e, hoje, com toda certeza, toda duplicação da 277 já estaria concluída se não fosse a intervenção do ex-Governador Roberto Requião, por meio da sua forma de agir, rompendo os contratos unilaterais procurando a Justiça.

Hoje eu li um dos blogs aqui de Curitiba, que informou que o atual Governador Orlando Pessuti disse que vai procurar o diálogo com o Banco Itaú e não mais a via judicial, para ver se não resolve essa dívida absurda que o Estado do Paraná tem em relação à privatização, o saneamento do Banco do Estado, antes da sua privatização. Acho que o caminho sempre tem que ser o diálogo, a via da negociação, e não rompimento unilateral de um contrato de uma empresa ou por uma das partes.

Digo isso, Sras. e Srs. Deputados, porque o que foi feito no Estado do Paraná, nos últimos sete anos, ao invés de se procurar resolver a questão e reduzir o custo do pedágio, não, procurou-se romper via judicial. Eu já disse uma vez que se alguém sente-se prejudicado procura a Justiça, para que ela determine quem está ou não com a razão.

Agora, se fala em reduzir o custo do pedágio. Ontem, fui entrevistado aqui na Assembleia no comitê de imprensa e me manifestei em relação a essa possível negociação, que o atual Governador Orlando Pessuti estaria fazendo com as concessionárias do Estado do Paraná. São quatro ou cinco empresas que operam o pedágio. Vamos procurar negociar, mas não postergar e nem prolongar o contrato da concessão do pedágio. Por que o pedágio é tão caro? Mal concebido, mal elaborado? Não sei. O que sabemos é que as empresas que estão operando nesse Anel de Integração ganharam a concessão por oferecer o maior número de serviços. As rodovias estavam acabadas. Quem restaurou e consertou as rodovias foram as empresas. O Governo, à época, junto com o Governo Federal, poderia ter feito o que se fez na rodovia 376, ligando Curitiba a Joinville e até a BR-101, ou a 116, daqui a São Paulo, ou a outra rodovia que liga, aqui, Rio Negro, Mafra, Lajes, que foram pedagiadas, agora, pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, onde o Governo restaurou, fez todo o asfalto e a licitação. As empresas que ganharam apenas têm o serviço da conservação.

Falo isso porque essas rodovias que são pedagiadas pelo Anel de Integração no ano de 2023 voltam para a tutela do Governo do Estado. Ou o Governo do Estado assume ou faz uma nova licitação. Se o Governo do Estado fizer uma nova licitação, no ano de 2023, com a toda certeza, o preço vai cair mais de 50%. Porque toda a

infraestrutura, todas as obras foram executadas e todos os investimentos foram realizados. Quem participar, então, em 2023, da licitação, se o Governo do Estado não assumir para ele, se houver a licitação, eles farão apenas a conservação das rodovias. Aliás, nem praça de pedágio precisa construir, porque elas já estarão construídas. Isso é importante que se diga.

É importante que se diga também, que no ano de 2004, o Governador Roberto Requião, através de um contrato preliminar, assinado pelo Governador do Estado e com as empresas que operam o pedágio, em um dos contratos, em um de seus artigos, dizia o seguinte, com a letra "g", da cláusula primeira.

(Lê):

É lógico que esse contrato preliminar, depois, segundo nos consta, também não foi executado ou não foi concluído. Não houve um entendimento e se briga na Justiça até hoje. As empresas que operam o pedágio dizem que estão desobrigadas e deixam a Justiça decidir. O Governo do Estado diz que é de responsabilidade do Governo do Estado. Aí, fica aquele imbróglio. As rodovias não são duplicadas, vidas são ceifadas, por teimosia do ex-Governador Roberto Requião. Aliás, nós aqui na Assembleia Legislativa apresentamos um projeto de lei para que fossem retirados todos os penduricalhos no Anel da Integração. Que isso fosse convertido em desconto para o pagante.

Vejam uma coisa; já disse uma vez e quero lembrar: cada pessoa, quando vai à praça de pedágio, paga o pedágio, quase 5% desse valor vai para o Governo do Estado, para ele fiscalizar as empresas, para usar esse dinheiro para reaparelhar a Polícia Rodoviária Estadual. É justo pagarmos o pedágio e o Governo do Estado receber quase 5% do valor que nós pagamos? Então, retire esse imposto, essa taxa que as empresas pagam para o Governo do Estado, o Federal, dos empréstimos feitos para as empresas para restaurar as rodovias, transforme isso em desconto também. Aí sim estaremos fazendo um negócio em favor da sociedade. Mas, reduzir o pedágio e prolongar o contrato da concessão que vai terminar em 2023, prorrogar por mais 20 anos? Aí sim será um presente de Natal para as empresas que operam o pedágio no Estado do Paraná hoje.

Governador Orlando Pessuti, negocie sim, mas sem prolongar os contratos das concessionárias. Voltam as rodovias para o Governo do Estado ou que se faça nova licitação e teremos desconto de mais de 50% dos preços vigentes hoje.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 074/10, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, requerendo ao Exmo. Sr. Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, a atenção especial à necessidade de expansão da rede elétrica até a comunidade denominada “Acampamento Nova Esperança” no Município de Guairaça. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 075/10, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a execução da operação Tapa-buracos na rodovia PR-567 no trecho compreendido entre o Município de Araruna e o trevo na PR-323. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 076/10, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a execução de operação tapa-buracos na rodovia PR-468 no trecho compreendido entre o trevo na BR-272 e o trevo na PR-479, passando pelo Município de Moreira Sales e o Distrito de Paraná do Oeste. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 077/10, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a implantação de redutores de velocidade na rodovia PR-082 no trevo de acesso ao Município de Fenix e Barbosa Ferraz. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Wilson Quintero, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

Apenas informando V. Exa. que estou solicitando à Mesa Executiva da Casa informações quanto ao número de Sessões realizadas pela Assembleia nos meses de fevereiro a abril e também o número das minhas presenças para poder responder a V. Exa. no seu pronunciamento no dia de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

V. Exa. não quer requerer da legislatura inteira? Seria mais prudente. Se não eu vou requerer de nós dois da legislatura inteira.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Não quero polemizar neste momento com V. Exa., mas se achar melhor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Está deferido.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 630/09, de autoria do Deputado Nereu Moura, que dispõe sobre as normas de segurança para a instalação provisória de palcos, palanques, arquibancadas e outras estruturas para realização de eventos em locais públicos ou privados, por pessoas jurídicas ou físicas, para qualquer finalidade. **Aprovada. (Publ. no DA nº 139/10, de 16/11/10, em Projetos de Lei).**

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 131/10, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública Estadual a Associação Terapêutica Nova Canaã, com sede e foro no Município de Curitiba. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 139/10, de autoria do Deputado Edson Strapasson, que declara de utilidade pública a Associação dos Amigos da Escola Municipal de Educação Especial Professora Roza Bini de Oliveira, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré, no Estado do Paraná. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a Emenda.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 152/10, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que declara de utilidade pública a Sociedade Rural dos Campos Gerais, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, no Estado do Paraná. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 049/10, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, que disciplina o atendimento prioritário na administração e instituições financeiras, para as pessoas que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CDH. (Publ. no DA nº 008/10, de 23/02/10, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 049/10

P A R E C E R :

A proposição sob análise, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro disciplina o atendimento prioritário na Administração Pública e instituições financeiras, para as pessoas que especifica.

A proposição visa disciplinar o atendimento prioritário dos portadores de deficiência e doenças graves diversas especificadas no inciso I do primeiro artigo da proposição.

Está previsto que deverá ser dada prioridade também na tramitação dos processos administrativos. Releva destacar que já há legislação federal assegurando prioridade na tramitação de processos judiciais para os idosos e portadores de doenças graves.

É de elevada importância social pois amplia cidadania para pessoas que já enfrentam diversas limitações sociais.

É competência da Assembleia Legislativa legislar sobre a matéria e os parlamentares têm competência para iniciar proposição sobre a matéria.

Por estarem presentes os requisitos formais, legais e constitucionais, o parecer é pela tramitação regimental da proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06/04/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS PROJETO DE LEI Nº 049/10

P A R E C E R :

O nobre Deputado Luiz Fernandes Litro assina projeto que disciplina e prioriza que, nas repartições públicas, instituições financeiras e nas empresas prestadoras ser serviços públicos, haverá prioridade no atendimento para todas as pessoas portadoras de moléstia profissional, tuberculose ativa, deficiência mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, mal de Parkinson e outras enfermidades graves.

A presente matéria é extremamente importante, humanitária, de grande alcance social, sendo nosso parecer favorável à sua aprovação, pois o mesmo não causa nenhum impacto financeiro aos cofres públicos.

De parabéns o dedicado e competente Deputado Luiz Fernandes Litro, para feliz iniciativa, com a convicção de que milhares e milhares de pessoas, em condições de vida delicadas, serão beneficiadas com a presente lei.

Sala das Comissões, em 13/04/10.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente
ANTONIO BELINATI - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1339, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado** Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 049/10.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 147/10, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança de Reserva do Iguaçu - CONSERI, com sede no Município de Reserva do Iguaçu e foro no Município de Pinhão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada.** (Publ. no DA nº 031/10, de 05/04/10, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 147/10

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nereu Moura, declara de utilidade pública estadual o Conselho Comunitário de Segurança de Reserva do Iguaçu - CONSERI, com sede no Município de Reserva do Iguaçu e foro no Município de Pinhão, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 27/04/10.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 170/10, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de utilidade pública a Organização Não Governamental Saúde Esporte, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada.** (Publ. no DA nº 034/10, de 12/04/10, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 170/10

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de utilidade pública estadual a Organização Não Governamental Saúde Esporte, com sede e foro no Município Curitiba-Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 27/04/10.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 173/10, de autoria dos Deputados Wilson Quinteiro, Enio Verri, Luiz Nishimori, Cida Borghetti e Dr. Batista, que declara de utilidade pública a Sociedade Eticamente Responsável - SER, com sede e foro no Município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 035/10, de 13/04/10, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 173/10

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Wilson Quinteiro, Enio Verri, Luiz Nishimori, Cida Borghetti e Dr. Batista, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Sociedade Eticamente Responsável - SER, com sede e foro no Município de Maringá. Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 27/04/10.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 197/10, de autoria do Deputado Durval Amaral e outros, que disciplina as regras para a contratação de servidores ocupantes de cargos de provimento em Comissão, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e dá outras providências. **(Publ. no DA nº 042/10, de 03/05/10, em Projetos de Lei).**

O projeto foi retirado da Ordem do Dia, e encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça para parecer.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 013/10, de autoria do Deputado Durval Amaral e outros, que regula os anexos IV e V da Lei nº 16390/10, que se constituem em gratificação aos servidores do quadro efetivo da Assembleia Legislativa do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA MODIFICATIVA DA CCJ. **(Publ. no DA nº 042/10, de 03/05/10, em Projetos de Resolução).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 013/10

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Resolução nº 013/10, de autoria do Deputado Durval Amaral, foi proposto com a pretensão de se aplicar a gratificação aos servidores do quadro efetivo da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, diante da necessidade de adequar à remuneração dos seus servidores, aos valores praticados pelo mercado de trabalho privado, considerando a consonância do ato aos regramentos jurídicos e legais.

Ressalta-se ainda, que os valores aplicados para a referida gratificação também se encontram em consonância com os valores praticados pelos outros poderes.

Fundamentação

À Comissão da Constituição e Justiça, em consonância às disposições regimentais, cabe verificar a constitucionalidade e legalidade das resoluções ora apresentadas, legitimamente e legalidade das resoluções ora apresentadas, legitimidade dos proponentes, bem como a técnica legislativa utilizada.¹

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em seu artigo 121, parágrafo 2º prevê a possibilidade em se regular matérias de caráter político, administrativo e processual por meio da proposição de projetos de resolução.

1.Art. 33 do Regimento Interno, Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica: parágrafo 2º À Comissão de Constituição e Justiça compete: manifestar-se sobre todas as proposições quando ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa (...)

Tem-se visível a legitimidade do nobre Deputado em intentar a resolução, ora exame, tendo em vista o disposto na Constituição Estadual, bem assim nas normas regimentais. Todavia, em que pese o flagrante legitimidade, outros aspectos, indubitavelmente, devem ser levados em consideração para se vislumbrar a adequação e respeito das resoluções aos moldes constitucionais e legais.

Em atenta análise ao projeto de resolução, verifica-se que seu conteúdo apresenta estrita correlação com o disciplinado pela Constituição Federal em seu artigo 37, incisos XI e XII, que obedece aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Conclusão

Assim restando clara a legitimidade, a adequação e o cabimento do presente projeto de resolução e em razão da conformidade do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná, bem assim da manifesta legalidade, opinamos pela aprovação do projeto de resolução ora apresentado, na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 04/05/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 013/10

Com base no que dispõe o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis oferecemos a presente emenda modificativa, no que concerne à parte introdutória da referida Resolução:

“Art. 1º A parte introdutória do Projeto de Resolução nº 013/10, passa a contar com a seguinte redação:

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o artigo 121, parágrafo 2º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, promulga a presente Resolução, com o escopo colimar de regulamentar a gratificação mencionada no anexo IV da Lei Estadual nº 16390/10, nos seguintes termos;

Art. 2º Os demais dispositivos tem sua redação mantida.

Sala das Comissões, em 04/05/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1338, de autoria do Deputado Wilson Quinteiro, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1374, de autoria dos Deputados Marcelo Rangel, Ademar Traiano, Fernando Scanavaca, Elio Rusch e Ney Leprevost, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente. Em Discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 1332 a 1335, de autoria do Deputado Wilson Quinteiro, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1337, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1341 a 1352, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1353, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1354 a 1370, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1371, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1372, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1373, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1375, de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 05, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 131/10.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 139/10.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 147, 170, 173/10; e do Projeto de Resolução nº 013/10.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 836/07, 153 e 171/10.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Comissão Executiva****Atos****ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0124/10**

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais,

R E S O L V E :

deferir, o requerimento contido no Protocolo nº 2181/10, do servidor HECTOR VINICIUS WAGNER, ocupante do cargo de Consultor Legislativo - NUE-02, Matrícula nº 40754, integrante do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, de acordo com o Parecer nº 064/10-PG.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29/03/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0476/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

deferir, em parte o requerimento contido no Protocolo nº 1827/10, de servidora NILZA SANTOS AZEVEDO, Matrícula nº 40.783, ocupante do cargo de Técnico Administrativo - NTB-02, integrante do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, de acordo com o Parecer nº 068/10-PG.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0487/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo Protocolado nº 2832, datado de 23/03/10, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a LUCIA JOVITA INACIO, Matrícula nº 40555, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Consultora Administrativa, nível NUD-01, com lotação na Diretoria de Pessoal, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/90 e 21/12/95. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior

e seguindo os critérios do artigo 250 e Parágrafo Único da supra citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 14/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0494/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo Protocolado nº 3257, datado de 07/04/10, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a VANDERLEI NORBERTO REBELO, Matrícula nº 100, funcionário estatutário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Jornalista, nível NUE-05, com disposição funcional a Prefeitura Municipal de Curitiba, 06 (seis) meses de licença especial com vencimento ou remuneração e demais vantagens, por não haver se afastado no exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 17/07/84 e 17/07/94, conforme assegura o artigo 247 da Lei de nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo requerer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da supra citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0504/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo Protocolado sob nº 1704, datado de 02/03/10, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a SUZANA OZORES, Matrícula nº 40533, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Digitadora, nível NTC-03, 03 (três) meses de licença especial, por não haver se afastado no exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22/12/02 a 22/12/07, conforme assegura o artigo 247, parágrafo único, da Lei de nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo requerer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 20/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0512/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo Protocolado sob nº 12081, datado de 29/09/09, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder aposentadoria compulsória a MOACYR LOPES GOUVEIA, a partir da data em que completou 70 anos de idade, 16/05/06, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, com Matrícula sob nº 40137, ocupante do cargo de Agente de Saúde, nível NUD-03, com lotação na Coordenadoria de Médico da Casa, com proventos mensais integrais, nos termos do artigo 6º, da Emenda Constitucional nº 041/03, que corresponderão a totalidade de sua remuneração de cargo efetivo, acrescidos de vinte por cento (20%) correspondente a quatro (04) adicionais por tempo de serviço conforme o artigo 170, da Lei Estadual nº 6174/70 e, mais quarenta por cento (40%) de verba de representação de acordo com o artigo 7º, da Resolução nº 09/05, resultando em proventos de aposentadoria conforme cálculos da Coordenadoria de Relações Trabalhistas de fls. 34. Os proventos serão reajustados com paridade, ou seja, para sua correção serão utilizadas os mesmos percentuais e nas mesmas oportunidades em que forem reajustadas as remunerações dos servidores ativos, havendo também, a inclusão de novas vantagens concedidas, mesmo em face de modificação ou transformação dos cargos, nos termos do artigo 2º da Emenda Constitucional nº 047/05.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 22/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0541/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo Protocolado sob nº 3605 datado de 07/04/10, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a CELIA MARIA IESKI PASSOS, Matrícula nº 40601, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, nível NBA-01, com lotação na Diretoria Geral:

1 - 03 (três) meses de licença especial, por não haver se afastado no exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/92 a 21/12/97, conforme assegura o artigo 247, parágrafo único, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo

requerer por escrito a marcação da data escolhida, anexo a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da citada Lei nº 6174/70;

2 - Abono de Permanência em serviço, equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária, nos termos da Emenda Constitucional nº 041 de 31/12/03, a partir da data de sua opção.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 27/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0543/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, WILLIANS ROLANDO ROMANZINI do cargo de Diretor Administrativo, simbologia DAS-2, a partir de 27/04/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 27/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0547/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo Protocolado sob nº 2842 datado de 24/03/10, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder aposentadoria, a DIRCE OLIVEIRA DOS SANTOS, Matrícula nº 40340, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, nível NBA-03, lotada na Diretoria de Pessoal, com fundamento no artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 047, de 05/07/05, com proventos mensais e integrais, correspondentes a última remuneração do cargo efetivo, acrescidos de 05 (cinco) anos adicionais por tempo de serviço, de acordo com o artigo 170, da Lei Estadual nº 6174/70, resultando em proventos de aposentadoria conforme cálculos de fls. 18, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas da Casa. Os proventos serão reajustados com paridade, nos termos do artigo 7º, da Emenda Constitucional nº 041/03, de 31/12/03, sendo que para sua correção serão utilizados os mesmos percentuais e nas mesmas oportunidades em que forem reajustadas as remunerações dos servidores ativos, havendo também, a inclusão de novas vantagens concedidas mesmo em face de modificação ou transformação dos cargos.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral

Atas de Posse

Ao primeiro (01) dia do mês de abril do ano de dois mil e dez, no Gabinete da Diretoria Geral, o Sr. Eron Abboud, Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, convidou o Sr. Gabriel Luiz Franceschi para assumir o cargo de Diretor de Apoio Técnico da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, conforme o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, inciso VI do Decreto Legislativo nº 052/84. Encerrando o ato, o senhor Diretor Geral declarou empossado no cargo de Diretor de Apoio Técnico o Sr. Gabriel Luiz Franceschi e determinou a lavratura da presente ata de posse e sua publicação no Diário da Assembleia para que produza os efeitos legais e regimentais. A presente ata vai assinada pela Ilmo. Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

(a) ERON ABOUD - Diretor Geral

Ao primeiro (01) dia do mês de abril do ano de dois mil e dez, no Gabinete da Diretoria Geral, o Sr. Eron Abboud, Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, convidou o Sr. Mario Henrique Da Cruz para assumir o cargo de Diretor de Assistência ao Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, conforme o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, inciso VI do Decreto Legislativo nº 052/84. Encerrando o ato, o senhor Diretor Geral declarou empossado no cargo de Diretor de Assistência ao Plenário o Sr. Mario Henrique Da Cruz e determinou a lavratura da presente ata de posse e sua publicação no Diário da Assembleia para que produza os efeitos legais e regimentais. A presente ata vai assinada pela Ilmo. Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

(a) ERON ABOUD - Diretor Geral

Ao primeiro (01) dia do mês de abril do ano de dois mil e dez, no Gabinete da Diretoria Geral, o Sr. Eron Abboud, Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, convidou o Sr. Wilians Rolando Romanzini para assumir o cargo de Diretor Financeiro da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, conforme o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, inciso VI do Decreto Legislativo nº 052/84. Encerrando o ato, o senhor Diretor Geral declarou empossado no cargo de Diretor Financeiro o Sr. Wilians Rolando Romanzini e determinou a lavratura da presente ata de posse e sua publicação no Diário da Assembleia para que produza os efeitos legais e regimentais. A presente ata vai assinada pela Ilmo. Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

(a) ERON ABOUD - Diretor Geral

Ao primeiro (01) dia do mês de abril do ano de dois mil e dez, no Gabinete da Diretoria Geral, o Sr. Eron Abboud, Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, convidou o Sr. Ayrton Costa Loyola para assumir o cargo de Procurador Geral da Assembleia

Legislativa do Estado do Paraná, conforme o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, inciso VI do Decreto Legislativo nº 052/84. Encerrando o ato, o senhor Diretor Geral declarou empossado no cargo de Procurador Geral o Sr. Ayrton Costa Loyola e determinou a lavratura da presente ata de posse e sua publicação no Diário da Assembleia para que produza os efeitos legais e regimentais. A presente ata vai assinada pela Ilmo. Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

(a) ERON ABOUD - Diretor Geral

Ao primeiro (01) dia do mês de abril do ano de dois mil e dez, no Gabinete da Diretoria Geral, o Sr. Eron Abboud, Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, convidou o Sr. Francisco Ricardo Neto para assumir o cargo de Diretor Administrativo da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, conforme o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, inciso VI do Decreto Legislativo nº 052/84. Encerrando o ato, o senhor Diretor Geral declarou empossado no cargo de Diretor Administrativo o Sr. Francisco Ricardo Neto e determinou a lavratura da presente ata de posse e sua publicação no Diário da Assembleia para que produza os efeitos legais e regimentais. A presente ata vai assinada pela Ilmo. Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

(a) ERON ABOUD - Diretor Geral

Ao primeiro (01) dia do mês de abril do ano de dois mil e dez, no Gabinete da Diretoria Geral, o Sr. Eron Abboud, Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, convidou o Sr. Antonio Carlos Gulbino para assumir o cargo de Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, conforme o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, inciso VI do Decreto Legislativo nº 052/84. Encerrando o ato, o senhor Diretor Geral declarou empossado no cargo de Diretor de Pessoal o Sr. Antonio Carlos Gulbino e determinou a lavratura da presente ata de posse e sua publicação no Diário da Assembleia para que produza os efeitos legais e regimentais. A presente ata vai assinada pela Ilmo. Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

(a) ERON ABOUD - Diretor Geral

Ao primeiro (01) dia do mês de abril do ano de dois mil e dez, no Gabinete da Diretoria Geral, o Sr. Eron Abboud, Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, convidou o Sr. Severo Olímpio Sotto Maior para assumir o cargo de Diretor Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, conforme o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, inciso VI do Decreto Legislativo nº 052/84. Encerrando o ato, o senhor Diretor Geral declarou empossado no cargo de Diretor Legislativo o Sr. Severo Olímpio Sotto Maior e determinou a lavratura da presente ata de posse e sua publicação no Diário da Assembleia para que produza os efeitos legais e regimentais. A presente ata vai assinada pela Ilmo. Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

(a) ERON ABOUD - Diretor Geral

Portarias**PORTARIA Nº 412/10**

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2842, datado de 24/03/10, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar *ex officio*, em favor de DIRCE OLIVEIRA DOS SANTOS, matrícula nº 40340, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, nível NBA-03, lotada na Diretoria de Pessoal, o tempo de 06 (seis) meses para todos os efeitos legais, referente ao dobro de uma licença especial não usufruída, relativa ao período compreendido entre 22/12/92 a 22/12/97, nos termos do artigo 248, da Lei de nº 6174/70; e mandar contar em favor da funcionária o tempo total de 05 anos, 07 meses e 25 dias, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, nos termos do parágrafo 9º, do artigo 201, da Constituição Federal, em que trabalhou na Metropolitana Limpeza e Conservação Ltda., no período de 02/02/78 a 02/02/83 (05 anos e 01 mês); na Iço Comercial S.A. Ferramentas e Equipamentos de 04/05/83 a 23/06/83 (01 mês 20 dias); e na Nacional Limpeza e Conservação SC Ltda., no período de 26/09/83 a 29/02/84 (05 meses e 05 dias), conforme Certidão de Tempo de Contribuição do INSS, em anexo.

Gabinete da Diretoria Geral, 28/04/10.

(a) ERON ABOUD - Diretor Geral

PORTARIA Nº 413/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2866, datado de 24/03/10, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, LUCIA ROSA BECKER DOS SANTOS, matrícula nº 9120, de 10 (dez) dias, a partir de 17/03/10, com término em 27/03/10, CID. 10 I 20.

Gabinete da Diretoria Geral, 28/04/10.

(a) ERON ABOUD - Diretor Geral

PORTARIA Nº 414/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4547, datado de 26/04/10, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, IVETE DE JESUS ARRUDA, matrícula nº 4788, de 15 (quinze) dias, a partir de 12/04/10, com término em 26/04/10, CID. 10 S 42.0.

Gabinete da Diretoria Geral, 28/04/10.

(a) ERON ABOUD - Diretor Geral

PORTARIA Nº 415/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3845, datado de 12/04/10, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar incorporar, em favor de MARCELO MONTA-NHA MOLETTA, portador da Carteira de Identidade nº 3.758.587-0 e CPF 530.050.669-91, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, sob a Matrícula nº 40413, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-02, lotada no Gabinete Parlamentar do Deputado Antonio Martins Anibelli, REQUER: Averbação do tempo de INSS, o tempo de 04 anos, 03 meses e 13 dias, conforme Certidão de Tempo de Contribuição do INSS, em anexo, em que trabalhou nas seguintes empresas nos respectivos períodos: de 09/02/83 a 03/03/87 (04 anos e 23 dias) em que trabalhou na Câmara dos Deputados; 07/03/88 a 26/05/88 (02 meses e 20 dias) em que trabalhou na empresa Curitiba 2 Cartório de Protestos de títulos; e de 01/05/88 a 20/12/92 (04 anos, 06 meses e 25 dias) em que trabalhou na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, já descontado o tempo em paralelo.

Gabinete da Diretoria Geral, 28/04/10.

(a) ERON ABOUD - Diretor Geral

PORTARIA Nº 418/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2503, datado de 15/03/10, deste Poder,

R E S O L V E :

nomear para compor a Comissão Especial de Licitação os seguintes funcionários: Gabriel Luiz Franceschi, Diretor de Apoio Técnico, como Presidente; Marcelo Gonçalves Cordeiro, Coordenador de Suprimentos; Marcos Alberti, Engenheiro de Telecomunicações, cedido a esta Casa, e o Sr. Paulo Afonso Loyola, funcionário da Procuradoria.

Gabinete da Diretoria Geral, 03/05/10.

(a) ERON ABOUD - Diretor Geral

PORTARIA Nº 422/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4562, datado de 27/04/10, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, HENRIQUE ANTÔNIO CRE-DIDIO, matrícula nº 40799, de 60 (sessenta) dias, a partir de 13/04/10, com término em 11/06/10, CID. 10 J 44 O.

Gabinete da Diretoria Geral, 03/05/10.

(a) ERON ABOUD - Diretor Geral

PORTARIA Nº 423/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 3987, datado de 13/04/10, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar em favor de ALFREDO MARON, matrícula nº 40020, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Consultor Jurídico, nível NUD-03, lotado no Setor de Expedição, 06 meses relativos ao dobro de uma licença especial, para todos os efeitos legais, por não haver se afastado do exercício de suas funções no período compreendido entre 21/12/92 a 21/12/97, nos termos do artigo 248, da Lei Estadual nº 6174/70.

Gabinete da Diretoria Geral, 03/05/10.

(a) ERON ABOUD - Diretor Geral

Comissão de Constituição e Justiça***Extrato***

OFÍCIO Nº 071/10

Curitiba, 27/04/10.

Senhor Diretor:

Considerando o quanto disposto na Constituição Federal de 1988, em especial no que concerne aos princípios da publicidade e devido processo legal e ainda o disposto no artigo 5º, XIV e no artigo 37, vem a Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tornar público, através desse diário oficial do Poder Legislativo Estadual, o Extrato contendo em suma o resultado da Reunião realizada em 27/04/10, para os fins previstos no artigo 33, parágrafo 2º do Regimento Interno desta Casa de Leis, a saber, interposição de Recursos aos pareceres apresentados nessa Comissão Permanente, que se seguiram na seguinte forma:

- Projeto de Lei nº 530/09 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 727/09 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 004/10 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 006/10 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 059/10 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 065/10 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 106/10 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 131/10 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 132/10 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 134/10 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 139/10 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 147/10 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 152/10 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 153/10 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 170/10 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 171/10 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 173/10 - Parecer favorável

- Projeto de Lei nº 177/10 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 179/10 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 742/10 - Parecer contrário
- Projeto de Lei nº 178/09 - Parecer contrário
- Projeto de Lei nº 040/10 - Parecer contrário
- Projeto de Lei nº 054/10 - Parecer contrário
- Projeto de Lei nº 084/10 - Parecer contrário
- Projeto de Lei nº 085/10 - Parecer contrário
- Projeto de Lei nº 087/10 - Parecer contrário
- Projeto de Lei nº 088/10 - Parecer contrário
- Projeto de Lei nº 095/10 - Parecer contrário
- Projeto de Lei nº 097/10 - Parecer contrário
- Projeto de Lei nº 100/10 - Parecer contrário
- Projeto de Lei nº 133/10 - Parecer contrário

(a) DURVAL AMARAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

OFÍCIO Nº 072/10

Curitiba, 04/05/10.

Senhor Diretor:

Considerando o quanto disposto na Constituição Federal de 1988, em especial no que concerne aos princípios da publicidade e devido processo legal e ainda o disposto no artigo 5º, XIV e no artigo 37, vem a Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tornar público, através desse diário oficial do Poder Legislativo Estadual, o Extrato contendo em suma o resultado da Reunião realizada em 04/05/10, para os fins previstos no artigo 33, parágrafo 2º do Regimento Interno desta Casa de Leis, a saber, interposição de Recursos aos pareceres apresentados nessa Comissão Permanente, que se seguiram na seguinte forma:

- Projeto de Lei nº 038/10 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 096/10 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 126/10 - Parecer favorável
- Proposição Veto nº 010/10 - Parecer favorável
- Proposição Veto nº 011/10 - Parecer favorável
- Proposição Veto nº 012/10 - Parecer favorável
- Proposição Veto nº 015/10 - Parecer favorável
- Projeto de Resolução nº 013/10 - Parecer favorável
- Projeto de Lei nº 056/10 - Parecer contrário
- Projeto de Lei nº 688/09 - Parecer contrário às emendas de Plenário.

(a) DURVAL AMARAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

Atas de Comissão***Redação***

COMISSÃO DE REDAÇÃO

4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dez, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a

Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 314/09 e 413/09, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior

COMISSÃO DE REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e dez, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 723/09, 616/09, 574/09, 008/10, 622/09, 736/09 e 020/10, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior

COMISSÃO DE REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e dez, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 025/10 e do Projeto de Resolução nº 003/10, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior

COMISSÃO DE REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de março do ano de dois mil e dez, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 009/10 e 024/10 e do Projeto de Resolução nº 004/10, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior

COMISSÃO DE REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de março do ano de dois mil e dez, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 357/09, 139/07 e 597/09 e que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior

COMISSÃO DE REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e dez, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 687/09 e 439/09, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior

COMISSÃO DE REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de março do ano de dois mil e dez, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Reni Pereira apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 709/09, 410/09 e 211/09, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior

COMISSÃO DE REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de março do ano de dois mil e dez, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 545/09, 621/09 e 363/09, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior

COMISSÃO DE REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e dez, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 695/09 e 042/10, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior

COMISSÃO DE REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de dois mil e dez, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 044/10 e 621/09, e aos Projetos de Resolução nºs 005/10 e 007/10, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior

COMISSÃO DE REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de março do ano de dois mil e dez, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 041/10, 086/10, 103/10, 102/10 e 101/10, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior

COMISSÃO DE REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de março do ano de dois mil e dez, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Reni Pereira apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 027/10, 005/10, 099/10, 238/10 e 877/10, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior

